

O VALE DE ALCÂNTARA:
O CONFLITO NA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

Francisco Serrano Dias Plantier Saraiva

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitectura Paisagista

Orientadora: Doutora Maria Teresa Amaro Alfaiate

Júri:

Presidente: Professor Doutor Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Vogais: Doutora Maria Teresa Amaro Alfaiate, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Doutor Dirk-Michael Hennrich, Investigador do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa

Agradecimentos

Um agradecimento especial aos meus professores, colegas e amigos que vivenciaram e foram expostos às minhas aventuras académicas.

Muito obrigado ao grupo Anthro (Adriana, Hugo e Inês) por me terem ajudado a terminar a dissertação, não teria sido possível sem todas as discussões, leituras e carinho que me deram. Obrigado à minha orientadora, Teresa Alfaiate pelas longas conversas e caminhos que me ajudou a decodificar. Obrigado aos meus familiares, em especial ao meu Pai e à minha tia Teresa Saraiva, porque sem eles não seria possível terminar a minha formação académica. Ao Luís Gomes, pelas assertivas indicações que me deu. E à minha grande amiga Inês Faria, pela paciência e eficácia.

Resumo

A transformação da paisagem decorre de processos temporais, que ocorrem de *conflitos* resultantes das relações entre entidades presentes na mesma. Através dos processos operativos *play* e *ritual* iremos tentar perceber como se transforma a paisagem do Vale de Alcântara e como conflitos atuais dessa paisagem geram oportunidades projetuais.

Este trabalho revisita as dinâmicas de transformação do Vale de Alcântara, para melhor compreender e responder aos *conflitos* gerados pela confluência de sistemas associados à gestão da água.

Palavras chave: Paisagem; Tempo; Play; Ritual; Conflito; Água.

Abstract

Landscape transformation arises from temporal processes. Those processes occur from actions like play and ritual, two operative processes that engage landscape in moments of conflict. Analyzing it, we will try to understand how Alcântara Valley turned into the landscape which appears to us today.

The work revisits the dynamics of transformation in the Valley through the water management of the developing city of Lisbon.

Keywords: Landscape; Time; Play; Ritual; Conflict; Water.

Extended Abstract

The elemental, water, has unique physical and chemical characteristics that are well known and its presence it's felt constantly in Lisbon landscape, visibly or invisibly. The water either shapes the structure of the Aqueduto das Águas Livres as it shapes the Alcântara Valley. The water in the blue landscape of Lisbon, it is one of the main elements of transformation in the city. Its liquid state and the amount that the city can afford, allowed the people to build really important structures for the city. Inside and outside Lisbon, we can find geological, geomorphological, industrial and municipal systems that are only possible because of the abundance and the liquid condition that the water gets in this landscape, revealing a vital role in the functioning of the city.

Before the Aqueduto das Águas Livres supplied the city of Lisbon, other systems were in its place to satisfy the same human needs. Those different structures were constantly changing, dependable on the conflicts that would give way to different transformations. In this matter, geology conditioned the valley shape, which conditioned the human occupation and the architectural forms of the structures placed in it. The preexistent conditioned and always will, all the structures and events that occur in it.

Time, as the emergence of difference and conflict, the relational tensions that generate and destroy landscape, are both the concepts to be discussed in this work.

Índice

Introdução	7
1. Um processo de transformação da paisagem.....	8
- “ <i>Once upon a time</i> ” and “ <i>no more</i> ”: <i>sincronia</i> e <i>diacronia</i> na transformação da paisagem.	10
2. <i>Play</i> e <i>Ritual</i> – A transformação da paisagem através do <i>conflito</i>	16
- A construção do Aqueduto das Águas Livres: o <i>conflito</i> e a consequente transformação da paisagem.	16
3. Memória coletiva, Património e Paisagem	22
a) Memória coletiva	22
b) Património	23
4. Sinais, Marcas e Símbolos – a mnemónica do lugar: o caneiro de Alcântara	28
5. Projeto – o Bairro da Liberdade e o Bairro da Serafina.....	35
Conclusão	40
Bibliografia	43
Anexos	45

Índice de Figuras

Figura 1: Mês de Abril, Outubro e Novembro quadro Les Très Riches Heures de Duc de Berry.	12
Disponível em: http://de.wikipedia.org/wiki/Tr%C3%A8s_Riches_Heures Acedido a: 30/01/2015	
Figura 2: Esquema ilustrativo do processo play/ritual.	13
Autor: Francisco Saraiva	
Figura 3: Construção da Avenida de Ceuta – Destruição do Aqueduto das Águas Livres	26
Disponível em: Arquivo Municipal de Lisboa (AML)	
Figura 4: Ponte de Alcântara, 1837	28
Planta da cidade de Lisboa e de Belém, 1837 Lisboa. Imprensa de Cândido António da Silva Carvalho	
Figura 5: Linha férrea e segunda fase de construção do caneiro de Alcântara, meados do século XX.....	32
Disponível em: AML	
Figura 6: Aqueduto das Águas Livres e lugar dos Bairros da Liberdade e Serafina em 1930 e 1938.....	35
Disponível em: AML	
Figura 7: Aqueduto das Águas Livres (o percurso), início do século XX.....	36
Disponível em: AML	
Figura 8: Fotografia aérea do lago e cidade de Banyoles.	37
Disponível em: Google Maps Acedido a:30/01/2015	
Figura 9: Pormenor do projeto de repavimentação da cidade de Banyoles.....	39
Disponível em: http://www.landezine.com/index.php/2010/12/public-spaces-in-banyoles-by-mias-arquitectes/banyoles-landscape-architecture-mias-square-10/ Acedido a: 30/01/2015	
Anexo I: Abastecimento de Água à cidade de Lisboa em 1835. Autor: Francisco Saraiva	
Anexo II: Carta Geológica com Aluviões em confronto com ocupação de Quintas do Vale de Alcântara. Autor: Francisco Saraiva	
Anexo III: Carta Geológica em confronto com planta dos Bairros e do Aqueduto. Autor: Francisco Saraiva	
Anexo IV: Carta de sistema de esgotos com caneiro e aqueduto. Autor: Francisco Saraiva	
Anexo V: Projeto. Autores: Adriana Almeida; Hugo Guiomar; Francisco saraiva	

Introdução

A água é um elemento versátil, cujas capacidades físicas e químicas são bem conhecidas e cuja presença na paisagem lisboeta é permanente, seja esta visível ou invisível. Esta, tanto influencia a forma dada ao Aqueduto das Águas Livres como a forma que o vale de Alcântara adquire quando este lhe confere passagem. A água, na paisagem azul da cidade de Lisboa, é, e tem sido ao longo de muitos anos um dos elementos transformadores da mesma. O seu estado líquido e a quantidade que se consegue reunir, permitiu-nos construir uma série de estruturas fundamentais ao funcionamento da cidade de Lisboa com base na mesma. Dentro e fora desta cidade encontramos estruturas geológicas, geomorfológicas, industriais e municipais que só são possíveis pela abundância e condição líquida que a água adquire nesta paisagem revelando um papel vital no funcionamento atual da cidade.

A condição humana, tal como a já referida condição da água, limitam e condicionam todos os processos e transformações existentes no sistema da cidade. A necessidade de controlar a água, tanto no abastecimento – Aqueduto das Águas Livres – como no vazar da mesma, - esgotos- levou a construções sociais e arquitetónicas que variam com a compreensão das relações que se apresentam na paisagem.

Antes do Aqueduto das Águas Livres abastecer a cidade, outras lógicas estruturais serviam o mesmo propósito. Essas diferenças estruturais foram variando ao longo dos tempos conforme os conflitos da época orientavam essas mesmas transformações. Neste caso, a geologia condicionou a forma dos vales que por sua vez condicionaram as ocupações e expressões arquitetónicas adquiridas pelas estruturas do Aqueduto e do caneiro, também os limites do município de Campolide estão diretamente ligados com a geomorfologia local. O preexistente condiciona e irá condicionar as estruturas e eventos que ocorrem naquele vale e consequentemente a incorporação humana do mesmo. Assim qualquer alteração feita nesta paisagem, irá implicar uma organização diferente dos eventos e estruturas existentes.

Assim, o tempo, processo fundamental na emergência da diferença e o conflito, tensões relacionais geradoras e destruidoras de paisagem, são dois dos conceitos a desenvolver nesta dissertação que apresentamos.

“Landscape change; and change is itself an intrinsic aspect of our experience of landscape. The landscape is a polyrhythmic composition of processes whose pulse varies from erratic flutter of leaves to the measure drift and clash of tectonic plates. Relative to the human span, the view before us seems composed of fleeting, ephemeral effects which create a patina of transience on apparently stable forms.” (Reason, 1987, p. 40)

1.Um processo de transformação da paisagem.

A vida humana é um processo que envolve a passagem do tempo. Este processo é também o processo de transformação da paisagem onde populações habitam. Segundo Elizabeth Grosz (2011):

“Time, as the condition for the emergence of difference... Matter and life become, and become undone. They transform and are transformed.” (Grosz, 2011, p. 5)

A paisagem e o seu funcionamento, são indissociáveis da nossa compreensão. Tim Ingold, defende a paisagem como testemunha e recordação das vivências das gerações passadas. Assim, é no ato de habitar que a paisagem acaba por se tornar parte de nós e nós uma das suas partes integrantes – num processo bilateral de incorporação. Essa interação e consequentes transformações fazem parte da nossa condição humana, mas também de uma série de processos *diacrônicos* e *sincrônicos*, sobre os quais tentamos satisfazer as nossas necessidades.

É comum tomarmos a paisagem como um elemento visual pictórico, no entanto, a sua incorporação resulta de um processo multissensorial. James Corner, direciona-nos para uma percepção eidética da paisagem, isto significa que quando se trabalha a paisagem não estamos a lidar apenas com imagens, mas sim com todos os aspetos sensoriais humanos que informam essa tomada de consciência. O autor direciona-nos também para o ser humano como *insider* e *outsider*, ou seja, como elemento que integra um determinado sistema, não havendo distinção entre sujeito e objeto, ou como observador desse sistema separando o sujeito do objeto, respetivamente. No entanto, estes processos não podem ser vistos separadamente, uma vez que, ambas as condições ocorrem, simultaneamente, num mesmo indivíduo: o arquiteto quando projeta, inclui nele toda a experiência vivida até então. Apercebemo-nos disso quando, Corboz (2004) nos apresenta *O Território Como*

Palimpsesto, mesmo quando este se cinge exclusivamente ao território onde nós, seres humanos e todos os eventos e estruturas, estão condicionados a um mesmo sistema - a paisagem.

- “Once upon a time” and “no more”¹: sincronia e diacronia na transformação da paisagem.

Neste capítulo importa discutir como a transformação da paisagem está diretamente relacionada com a passagem do tempo e como a constante reconfiguração deste processo impossibilita, em primeiro lugar, o regresso de construções que julgámos adquiridas e lineares e em segundo lugar, a consequente previsão das apropriações humanas futuras. Torna-se assim, necessária a realização de uma reinterpretação constante da paisagem de acordo com as necessidades existenciais catalisadas por tensões oriundas de duas ações indissociáveis, que são distintas, mas que atuam em simultâneo – *play* e *ritual*. Estes conceitos avançados por Giorgio Agamben (2007), permitem explorar as tensões e os seus efeitos quotidianos, enquanto elementos de processos de transformação destrutivos e simultaneamente, construtivos da paisagem.

Play, palavra de origem inglesa, que se comporta como verbo ou nome, adquire os seguintes significados na língua portuguesa: (n.) jogo, obra, peça; (vt.) jogar, tocar, representar, desempenhar, brincar. Etimologicamente, a palavra brincar vem da junção da palavra brinco, com o sufixo, - ar e tem como sinónimos as palavras: correr, divertir-se, distrair-se, entreter-se, folgar, gracejar, jogar, pular. Brincar, pressupõe, de certa forma, uma ação que está intrinsecamente correlacionada com a passagem do tempo, tempo esse que não é contabilizado pela rotação da terra à volta do sol, mas decorrente do ato brincar, aliás, as palavras distrair-se, entreter-se ou jogar pressupõem uma passagem do tempo que não é quantificada cronologicamente durante a ação. A etimologia da palavra brincar enquadra-se na conceptualização que Agamben constrói em torno de *play* (também brincar), no livro “*Infancy and History: On the Destruction of Experience*” (Agamben, 2007), analisa a “Playland” (“Ilha da Diversão”) do livro “Pinocchio” de Carlo Collodi. A análise indica algumas questões e sugestões, que interpretadas sobre a paisagem podem, hipoteticamente, ajudar a compreender a mesma. No livro de Agamben, “Playland”, é a condição extrema de uma sociedade onde apenas se brinca e onde existe a aparente ilusão da não passagem do tempo – rapidamente o leitor se apercebe da tomada de consciência originada pela transformação das crianças em burros, ou seja, *play* é a ação inconsciente no tempo e o *ritual* a ação consciente no tempo. Enquanto *play* está relacionado com uma temporalidade, por agora, inquantificável, o *ritual* encontra-se

¹ Termos usados no início e fim de uma estória (Agamben, 2007, p. 79). Remetem para a paisagem como composição que comporta o mesmo sistema temporal, ou seja, um princípio, um fim e por sua vez uma duração.

aliado a uma lógica de incorporação da paisagem e limitada, hoje e sempre, ao conhecimento humano. Citando Lévi-Strauss (1966) em *The Savage Mind*, quando o mesmo denota que a utilidade e interesse dos animais e plantas para uma determinada tribo são resultado da tomada de conhecimento desses mesmos seres:

“...animals and plants are not known as a result of their usefulness; they are deemed to be useful or interesting because they are first of all known.” (Lévi-Strauss, 1966, p. 9)

Na definição do conceito de *ritual*, Agamben baseia-se em Lévi-Strauss, entendendo o conceito como elemento cíclico de transição e de unificação: o ritual fixa e estrutura as fases do calendário – o ritual enquanto consciencialização da paisagem existe com a função de preservar a experiência vivida. Ambos os processos *play* e *ritual* estão envolvidos na transformação da paisagem e assim sendo, necessariamente, com o calendário.

Podemos pensar a relação entre paisagem e o tempo através da antiga palavra alemã *landschaft*. Corner refere que a palavra acarreta, no seu significado, mais do que a organização do espaço e tempo. Está ligada a um significado mais profundo de habitar e às implicações associadas ao espaço habitado:

“...the meaning of landschaft comprises a deep and intimate mode of relationship not only among buildings and fields but also among patterns of occupation, activity, and space, each often bound into calendrical time” (Corner, 1999, p. 154)



Figura 1: Mês de Abril, Outubro e Novembro quadro Les Très Riches Heures de Duc de Berry.

Na figura 1, podemos observar vários hábitos associados a diferentes estações do ano, que ocorriam naquela época. O modo de incorporação (*ritual*) da paisagem ritmado e cíclico, dependia de cada estação: as caminhadas na Primavera eram anunciadas pelas temperaturas amenas e a vegetação fértil e a vara de porcos comia junto à orla da floresta no Outono. Durante muitos anos estes hábitos e costumes se repetiram e se transformaram, de estação em estação, de ano para ano, conforme as necessidades e conhecimentos adquiridos através das vivências. Eventualmente, os ciclos e ritmos de que falamos transportaram-nos até aos dias de hoje, permanecendo e transformando a cada momento a paisagem que habitamos. Com isto, queremos apenas dizer que o conceito de *ritual* se revela de extrema importância quando compreendemos esta ação como um processo incorporação da paisagem.

É importante referir que segundo Victor Turner:

“... there is a close relation between social conflict and ritual...a multiplicity of conflict situations is correlated with a high frequency of ritual performance.”

(Turner, 1974, p. 24)

Podemos supor desta última transcrição, que o *conflito* é o momento impulsionador da ritualização, ou seja, da incorporação da paisagem. A palavra *conflito* indica a existência de divergências, discussão, tensão, duas partes que não estão de acordo ou em sintonia. *Conflito* corresponde a momentos que demonstram

uma implicação para com a paisagem, isto é, momentos de interceção de lógicas que implicam necessariamente uma transformação do sistema. Podemos remeter para o exemplo prático deste trabalho: o vale de Alcântara serviu durante muitos anos de bacia de escoamento de esgotos e de águas pluviais à cidade de Lisboa. Hoje, com o rápido crescimento urbano, uma grande parte dos solos tornaram-se impermeáveis, dificultando a infiltração das águas, transformando o escoamento superficial e turbulento, causando as cheias em Alcântara a jusante da ribeira com o mesmo nome. Neste caso, a origem do *conflito*, pode ser apreendida como um processo inconsciente, que ocorre da expansão da cidade desintegrada do território ocupado, derivado da natureza de atuação de *play*, visto que, o ato consciente da apropriação da paisagem não fora remetido para a drenagem à escala do Vale, dando origem por sua vez, às cheias.

Para que possamos então compreender a imprevisibilidade da atuação de determinados processos na paisagem, podemos desmontar as ações *play* e *ritual*. Ambas as ações funcionam num sistema temporal binário, composto por processos *sincrónicos* e *diacrónicos*. *Sincronia* deriva das palavras *sin* 'ao mesmo tempo' e *khronos* 'tempo' o que remete para o estado ou condição de dois ou mais fenómenos ou factos passados ou atuais que ocorrem/ocorreram simultaneamente e são, de certa forma, relacionados entre si (Dicionário Etimológico). *Diacronia* deriva das palavras *dia* 'através de' e *khronos* 'tempo' o que remete para algo que decorre num determinado período de tempo (Dicionário Etimológico). Assim, *play*, trata-se de uma ação derivada de um sistema temporal *sincrónico/diacrónico*, porque tal como o ato brincar, *play* é uma ação que remete para o passar do tempo não consciente e

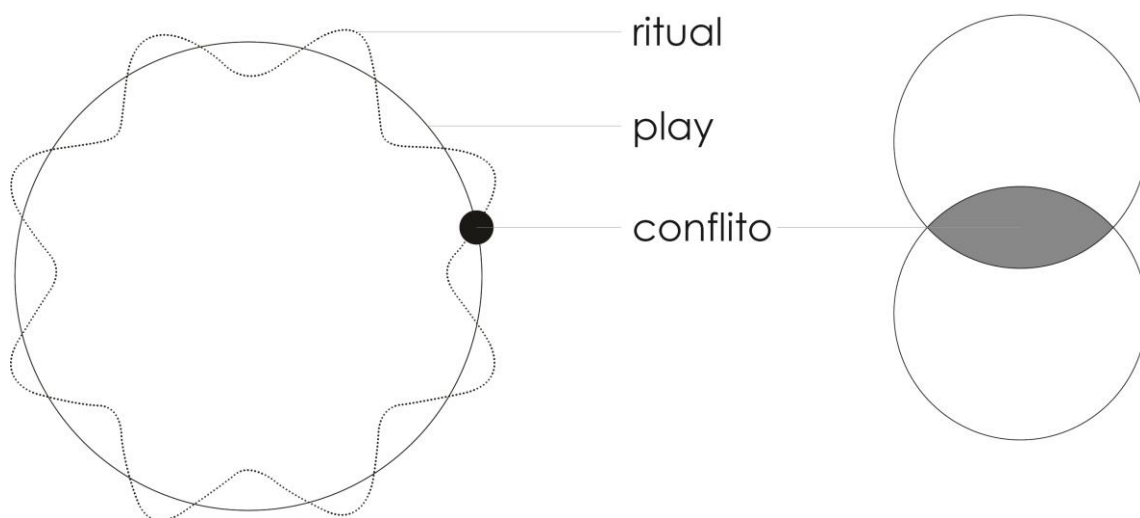


Figura 2: Esquema ilustrativo do processo play/ritual.

desligado de outras lógicas existenciais, pelo contrário, o *ritual* é uma ação derivada de um sistema temporal *diacrónico/sincrónico* visto que este, é remetido para uma consciencialização da ação através do *conflito*, que implica o relacionamento ou interação entre dois ou mais fenómenos em simultâneo, neste caso específico, entre o ser humano e a paisagem.

A análise das relações temporais (diacronia e sincronia) que são expressas através das transformações telúricas, entrópicas e bióticas² no Vale de Alcântara, onde o elemento água desempenha um papel transversal a muitas das estruturas que se intercetam no vale – aqueduto, caneiro, Bairros da Serafina e Liberdade e a matriz física do lugar – irá possibilitar a perceção do início, duração e fim das dinâmicas resultantes no mesmo sistema, de forma a podermos compreender o processo de transformação desta paisagem.

É através do habitar que novas incorporações (*ritualizações*) se revelam transformando e carregando a memória de vivências passadas, dando origem a diferentes mitologias, que originam novas organizações, transformando invariavelmente, a paisagem. A paisagem faz o homem e é feita por ele. A paisagem é um processo de vivências. Segundo Tim Ingold:

“...the forms of the landscape are not pre-prepared for people to live in – not by nature nor by human hands – for it is in the very process of dwelling that these forms are constituted.” (Ingold, 200, p.189)

No entanto quando falamos de ciclos na paisagem, falamos de ciclos ritmados e repetidos em vez de rigorosos e metronómicos (Ingold, 2000). Interessa também referir, que embora estes dois processos sejam facilmente distinguíveis, nunca se chega a encontrar a paisagem totalmente *sincronizada* ou totalmente *diacronizada*, o resultado será um balanço entre ambas, ou seja, entre destruição e construção.

O que este projeto propõe é a interpretação *sincrónica* e *diacrónica* do processo de construção/destruição, apropriação quotidiana e relação com a paisagem do Vale de Alcântara. Através de uma aproximação multidisciplinar, procurar-se-á justificar e dar inteligibilidade às transformações que ocorreram no Vale de Alcântara através do recurso aos conceitos acima enunciados. Hoje, a estrutura do Aqueduto subsiste como ícone/símbolo da cidade de Lisboa, servindo unicamente, um fim de aferição mitológica, sendo dada a oportunidade de integrar o Aqueduto na resolução

² Ao mencionar a palavra biótico utilizada pelo Arquiteto Paisagista João Nunes pressuponho que a mesma não separe os processos naturais dos culturais. Quero dizer com isto que biótico no contexto em que é utilizado aqui na tese, se refere a ambas não havendo distinção entre elas. Biótico, refere-se então aos processos das vivências dos seres vivos.

do *conflito* decorrente do cruzamento das várias estruturas emergentes dos processos de transformação da paisagem.

2. *Play e Ritual* – A transformação da paisagem através do *conflito*.

- A construção do Aqueduto das Águas Livres: o *conflito* e a consequente transformação da paisagem.

“Toda a gente sabe que a água e o ar são os dois agentes mais essenciaes á vida, e tão essenciaes que a natureza não tem outros que os substitua na alimentação e no desenvolvimento dos seres organizados. Sem água não se vive, e ainda assim nem toda a que brota do solo serve para os principaes usos da espécie humana, cujo instinto e mais ainda o sentido do gosto, lhe fazem regeitar as águas impuras ou salobras, as mineraes e as quentes. Esta é a razão por que o homem á medida que se afixava n’um ou n’outro ponto da terra, escolhia sempre para sua estação os logares onde encontrava águas limpidas, gratas ao paladar, e abundantes para as suas necessidades.” (Ribeiro C., 1867, p. 7)

Falemos sobre o abastecimento de água à cidade de Lisboa, tendo em conta os conceitos desenvolvidos no capítulo 1. Como Indicado na transcrição inicial por Carlos Ribeiro, uma das premissas para a ocupação de um novo território é a qualidade da água e a facilidade na sua captação. O abastecimento de água é um dos processos responsáveis pela transformação da cidade, contribuindo para a alteração da estrutura e do funcionamento da mesma. Foi através do *conflito* derivado do fosso entre necessidade e provisão de água, que se ergueu o Aqueduto das Águas Livres. O crescimento da população de Lisboa implicou que as reservas mais próximas se tornassem insuficientes para satisfazer as necessidades da altura, dando origem à estrutura do Aqueduto das Águas Livres. Mais tarde, através do aparecimento de novas matrizes de relacionamento com a paisagem, surgem diferentes *conflitos* entre população e espaço habitado, especificamente, associadas à contaminação das águas, dado o colapso das condutas de esgotos instaladas junto ao troço subterrâneo do Aqueduto, que implica necessariamente, uma nova ritualização por parte das autoridades competentes. A mesma circunstância, impede que o aqueduto mantenha a sua função original, pondo em causa a saúde pública. Assim, novos sistemas de distribuição foram surgindo para acompanhar a crescente população, resolvendo a questão de insalubridade das águas da cidade, substituindo a estrutura que abasteceu Lisboa por mais de dois séculos, a partir de condutas subterrâneas que transportam as águas da Barragem de Castelo de Bode até nós. Neste exemplo, é possível verificar que o processo de incorporação da paisagem não nos permite ter acesso imediato a todas as premissas que entrarão em confronto com as novas ritualizações, remetendo

novamente para a condição humana na paisagem a que Lévi-Strauss se refere, de que a paisagem se torna útil ou interessante a partir do momento em que a mesma surge perante nós. É então importante referir que em meados do séc. XVIII, data do início da construção do Aqueduto das Águas Livres, a ocupação da cidade estava restrita às margens do rio Tejo, e dado o conhecimento da altura em relação à expansão da cidade, nada previa que crescesse sobre o sistema que até então era ocupado pelo Aqueduto. Ou seja, sem conhecer *a priori* os processos e as dinâmicas sobre os quais atuamos, dificilmente nos conseguiremos salvaguardar de futuros *conflitos* a não ser que a mesma situação já se tenha revelado anteriormente, estando sempre dependente a *ritualização* consequente, da consciência de quem opera.

Os primórdios da ocupação da cidade de Lisboa assentavam sobre a colina do Castelo. A cidade cresceu para Sul e Sudoeste com a ocupação romana, procurando a exposição solar, a proximidade do porto e, fundamentalmente, contiguidade às nascentes de água potável. As nascentes encontravam-se na margem do Tejo onde mais tarde viriam a ser construídos dois dos chafarizes mais importantes no abastecimento de água à cidade - o chafariz d'El Rei e o chafariz dos Cavalos. No século XVI, dariam origem a outros dois chafarizes subsidiários – o chafariz dos Paus, ou da Aguada, e o chafariz da Praia.

Nos subúrbios da cidade, ficavam todas as outras nascentes. À distância que estas se encontravam, o abastecimento de água a partir das mesmas não era viável para a tecnologia disponível na época. No alto da colina do Castelo, a população devia abastecer-se, na sua grande maioria, com águas recolhidas de poços e cisternas. O abastecimento de água da cidade de Lisboa, durante toda a Idade Média, estava confinado a estas cisternas, poços e aos chafarizes já nomeados.

A utilização frequente de balneários, termas e fontanários, que advinha da cultura higienista e de conforto romana, não permitira aos romanos satisfazerem-se com as águas locais, que mais tarde na Idade Média, seriam a única fonte de água utilizada pelos Cristãos. Assim os romanos, frequentes construtores de aquedutos, acabam por edificar um aqueduto que lhes permitiu obter elevadas quantidades de água da periferia.

Poucos são os vestígios do aqueduto romano deixados pelas ocupações vindouras. É possível avistar parte de um paredão ou muralha, situado acima e a poente da Mãe de Água Nova em Belas – construção feita para represar a água - que era depois direcionada para o aqueduto subterrâneo, até ao alto do *oppidum* de

Olisipo Felicitas Julia (Moita,1990), terminando o percurso junto da Porta de Santo André. Deste último ponto, aquedutos emissários contornavam a colina para abastecer a cidade.

Sendo subterrâneo, o aqueduto romano revelou-se de difícil conservação e após a queda do império, dá-se a retração da população na cidade que, conseqüentemente, levou ao desinteresse pela estrutura. Não existem registos do interesse dado ao aqueduto pelos Sarracenos, e pelos Cristãos depois da Reconquista – seja na sua conservação ou reativação. Talvez o sucedido tenha ocorrido por questões culturais, mas certamente por serem ocupações de muito menor dimensão populacional.

Segundo Irisalva Moita (1990), Francisco de Holanda, “baseando-se na ideia do “serviço público” que o Soberano deveria promover “ no seu tratado “Da Fábrica que falece ha cidade de Lysboa” (Moita,1990), demonstra a preocupação que tinha pela situação de privação de água de que a população citadina sofria propondo a construção de um aqueduto para satisfazer essa necessidade.

Holanda era um homem do Renascimento, pelo que o estudo das obras clássicas o terão certamente influenciado na escolha de um sistema de aqueduto como solução. É através da obra Água de Prata, que o tratadista incita o interesse de D. Sebastião (Moita,1990), pela resolução do problema. Mais tarde, do fim do século XVI a meados do século XVII, na dinastia filipina, vários estudos, exames e programas foram realizados, mas por falta de recursos do reino não foi possível avançar com a proposta. Só no século XVII, com D. João V na companhia de Gorgel do Amaral, veremos a proposta e início de construção de um novo aqueduto para colmatar as necessidades hídricas da cidade de Lisboa. Necessidades essas, que se sabe existirem pelo menos desde o século XV, devido à má gestão da água que era consumida em grandes quantidades no abastecimento das naus, que durante o período designado como Descobrimentos, partiam para terras distantes.

Em 1732 dá-se o começo efetivo da edificação do Aqueduto das Águas Livres, depois de assinado o decreto de 1731, por D. João V, que autorizava o início da construção, com uma sociedade constituída por vinte pedreiros. Esta obra tinha uma duração prevista para seis anos, mas por erros de gestão sucessivos a construção prolongou-se, tendo chegado água às Amoreiras em Outubro de 1744. Apesar da morosidade da obra , o aqueduto acaba por revelar a grande qualidade profissional dos seus autores após o desempenho que a mesma estrutura revelou na afronta do Terramoto.

Desde o início da obra que se sabia que o aqueduto principal necessitaria de aquedutos de reforço para aumentar o seu caudal, na tentativa de satisfazer, o melhor possível, a população carenciada. Numerosas e repetidas vezes foram feitas prospeções para garantir o êxito do empreendimento. Manuel da Maia viria a ganhar o concurso da obra de reforço do aqueduto. Esse reforço passou pela construção da Mãe de Água Velha e de pequenos caudais que seriam absorvidos pelo aqueduto.

O Aqueduto das Águas Livres, foi sempre sofrendo alterações ao longo da sua construção: reforços contínuos do caudal através de aquedutos que se estendiam a nascentes mais distantes. A demora do processo de construção do aqueduto retroalimentou-se, fazendo com que a obra estivesse constantemente ativa, devido a necessidades de adaptação constantes ao crescimento demográfico e a novas dinâmicas de ocupação da cidade. A sua construção veria ainda os reinados de D. José e D. Maria I.

Em 1835, a grande obra encontrava-se com 58 nascentes que alimentavam 58km de aqueduto; este que por sua vez levava água a 24 chafarizes na cidade de Lisboa e 1 reservatório, com capacidade para 5,5 milhões de litros, abastecendo diariamente cerca de 90.000 habitantes (Moita,1990).

Na sua extensão, o aqueduto encontra-se perceptível de três formas distintas: enterrado sem qualquer expressão superficial; enterrado com pontuações marcadas pelas claraboias; e finalmente, quando este cruza os vales, surge revelando estruturas de arcos de volta perfeita ou quebrados que sustentam o peso da estrutura e transportam a matéria líquida. O comportamento estrutural do Aqueduto em toda a sua extensão está diretamente relacionado com a geomorfologia da região, como está também todo o crescimento da cidade de Lisboa condicionado à mesma matéria.

A região de Lisboa é uma bacia sinclinal delimitada a Norte pela costa miocénica e a Sul, por uma elevação formada pela cadeia terciária da Arrábida, que surge no horizonte da cidade. Os estratos da região vão do Cretácico ao Mioceno, tendo sido deslocados pela ocorrência de abaulamentos anticlinais, por falhas e flexuras que revelaram um relevo com características mais macias. O centro da cidade ostenta uma estrutura monoclinal, com estratos que imergem em direção ao Tejo. Os vales perpendiculares à costa, resultado do encaixe das ribeiras sobre a superfície que se pensa ser do Plioceno final. A profundidade destes vales aumenta para jusante, e diminui a montante devido à proximidade de nível de base, com declives bastante acentuados, como é o caso do vale de Alcântara, albergando hoje duas estruturas de grande importância no desenvolvimento da cidade: a ribeira de

Alcântara, que hoje tem como função, não só a drenagem de parte da cidade, mas também a recolha dos resíduos domésticos daquela área; e um troço curto do aqueduto das Águas Livres - marca simbólica e imponente na paisagem de Lisboa (Ribeiro O., 1994).

Para além do condicionamento geomorfológico a construção do Aqueduto das Águas Livres, estava associada às propriedades químicas e físicas da água e ao resguardo a atos de vandalismo que comprometessem a qualidade das águas. A água não poderia correr com demasiada velocidade, para não danificar a estrutura de transporte e para não arrastar consigo demasiadas impurezas, mas também não poderia ser demasiado lenta, para não haver alterações químicas que inviabilizassem o seu consumo (Mendes, 2013).

A construção do Aqueduto na cidade de Lisboa, transformou o espaço público da mesma, gerando a abertura de espaços de obtenção de água gratuita e uma nova dinâmica social na cidade. No entanto, a gratuidade dessas águas seria simbólica, visto que a população tinha pago elevadas quantias em impostos, para a construção das estruturas. Segundo a análise cartográfica dos séculos XIX e XX, feita por Teresa Marat Mendes, é possível averiguar que junto ao Aqueduto das Águas Livres “surgiram não só novas quintas, como também se intensificou toda uma exploração agrícola que promoveu o desenvolvimento de núcleos urbanos pré-existentes a uma escala sem antecedente” (Mendes, 2013, p. 88). Como é possível observar quando sobrepomos a carta geológica à planta do aqueduto, não é apenas o aqueduto que tenciona o aparecimento de quintas associadas à produção agrícola, mas também é o sistema onde este se insere. Se repararmos, as quintas desenvolvem-se numa situação de encosta e a produção agrícola num sistema de aluvião proporcionado pela erosão da geologia provocada pelo atravessamento da ribeira de Alcântara, originando o *conflito* entre aluvião e produção. O Aqueduto tem, provavelmente, influência no método de captação das águas, mas não na qualidade dos solos de argilas basálticas que favorecem a produção.

No século XX, veríamos as águas do Aqueduto das Águas Livres a serem contaminadas pela rede de esgotos que se infiltrara nos solos e no próprio Aqueduto, nomeadamente, na zona da Amadora. Assim, a falta de ordenamento do território conduziu à contaminação das águas, e consequente abandono dos chafarizes da cidade de Lisboa e toda a região:

“No entanto, o fluxo de água, que desde o início constituiu o elemento central no projecto de construção do Aqueduto das Águas Livres, nunca deixou de brotar das

nascentes de Caneças e de correr ao longo do Aqueduto, sendo a mesma totalmente e inusitadamente perdida.” (Mendes, 2013, p. 88)

O aqueduto das Águas Livres abasteceu Lisboa até 1967, tendo sofrido algumas alterações na satisfação das necessidades dos habitantes locais. Outras tecnologias vieram lentamente a substituir o Aqueduto que outrora fora o principal sistema de abastecimento da cidade de Lisboa. Nomeadamente, furos e adutores que transportam, atualmente, caudais muito superiores que o Aqueduto não é capaz de suportar. Assim sendo, esqueçamos o abastecimento de água potável e olhemos para as outras oportunidades geradas pela estrutura do aqueduto. Olhemos para cada troço que atravessa o Vale de Alcântara e vejamos as implicações geradas pela mesma estrutura. O que será feito do Aqueduto quando cessarem todas as relações que hoje parecem caber apenas e exclusivamente a um processo de gestão patrimonial?

3. Memória coletiva, Património e Paisagem

a) Memória coletiva

Como referido no capítulo anterior, a transformação da paisagem está diretamente relacionada com a passagem do tempo - tempo que é gerado pelas relações entre estruturas, ou seja, pelo *conflito* entre estruturas. O mesmo *conflito*, nomeadamente, entre o Aqueduto e o bairro da Liberdade/Serafina, implica a construção de novas dinâmicas e destruição das anteriores. Vamos agora tentar perceber como é que o Aqueduto das Águas Livres originário do séc. XVIII, tem capacidade de permanecer na nova composição da paisagem, visto que a sua preservação não tem nada que haver com a razão da sua evocação – o abastecimento de água à cidade de Lisboa.

Para Maurice Halbwachs (1992), a memória coletiva apoia-se sempre em imagens espaciais e revela-se no espaço como uma imagem imóvel no tempo. Não há memória coletiva que não se desenvolva como marca espacial. O Aqueduto das Águas Livres é precisamente uma dessas marcas de registo na paisagem. A estrutura não revelou apenas a capacidade de transportar as águas à cidade, mas mostrou também o engenho humano ao resistir ao terramoto de 1755. Após o abandono da atividade principal do aqueduto, foi provavelmente a qualidade da construção do mesmo que permitiu a sua permanência até aos dias de hoje na paisagem lisboeta. Estando o *conflito* da necessidade de obtenção de água adjudicado a tecnologias mais recentes, será necessário procurar novas tensões entre Aqueduto e lógicas envolventes que possibilitem a apropriação (ritualização) da estrutura. Segundo Susan Buck-Morss:

“Disappearance is the rule. Annihilation is the fate of whole cities, obliterating far more of human record than preserved. Wars and disasters of nature are indifferent destroyers. Human intention is at work as well.” (Buck-Morss, 2011, p. 38)

Assim, por mais rápida ou violenta que seja a destruição ou a reconfiguração das lógicas intrínsecas aos *conflitos* gerados pela passagem do tempo na cidade, acabarão sempre por perdurar algumas estruturas ou materiais de construção dos edifícios ou sistemas que foram obliterados. Como por exemplo, ainda hoje é possível observar, nos pilares do Aqueduto das Águas Livres junto ao Bairro da Serafina, as marcas da implantação de um telhado por debaixo dos arcos. Neste caso, o que sobreviveu à destruição foi uma marca nos blocos que constituem os arcos. Estes registos apresentam-se como indicadores que nos permitem saber ou supor,

incorporações anteriores por parte dos habitantes locais, e quiçá aos quais podemos recorrer para tentar explorar futuras relações entre bairros e Aqueduto.

Podemos presumir que a preservação da memória coletiva dá-se com a incorporação da paisagem, meio que se revela de maior permanência. Nunca eterno, mas não tão efémera como a mente humana. E é por isso, que ainda hoje os arqueólogos encontram vestígios de antigas civilizações e não as civilizações que deram origem aqueles vestígios.

O mesmo acontece com a água, as suas qualidades físicas e químicas deixam marcas já bem conhecidas na paisagem, seja pela sua incessante atuação ou pelo estado que esta adquire consoante o sistema que a envolve, mas o registo (marca) que esta provoca é a prova do evento ocorrido. Esses eventos estão ligados a ciclos ritmados, repetitivos, não lineares, tal e qual, os ciclos calendricais do hábito humano.

b) Património

Património significa, “bem de herança que passa de acordo com as leis, dos pais e das mães para os filhos.” (Choay, 2010, p.11) Palavra muito antiga, originalmente ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. A requalificação por diversos adjetivos (genético, natural, histórico...), transformou-a num conceito mais amplo (Choay, 2010).

Património histórico, segundo Françoise Choay (2010), “designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado. [...] Na nossa sociedade errante, sempre em transformação devido ao movimento e ubiquidade do seu presente, «património histórico» tornou-se numa das palavras-chave da tribo mediática: ela remete para uma instituição e para uma mentalidade. [...] O património histórico e os comportamentos que lhes estão associados encontram-se presos em estratos de significação cujas ambiguidades e contradições articulam e desarticulam dois mundos e duas visões do mundo.[...] O culto prestado hoje em dia ao património histórico exige, pois, mais do que uma verificação de prazer. Exige um questionar, uma vez que ele é o revelador, negligenciado e, contudo, incontestável, de um estado da sociedade e das questões que nela existem.” (Choay, 2010, p. 11-12)

A noção de património impõem-se na cultura ocidental, nas décadas de 1970 e 1980, num contexto de profundas transformações económicas e sociais.

Institucionalizava-se então, a conservação e a transmissão dos patrimónios materiais e imateriais, passando a estar relacionado com questões de memória e de pertença identitária. O Aqueduto das Águas Livres é um caso particular desse património.

Segundo Alois Riegl:

“When we speak of the modern cult of monuments or historic preservation, we rarely have “deliberate” monuments in mind.” (Riegl, 1996, p. 69)

Todos temos em mente, a uma rede não “deliberada” de monumentos. Esses monumentos são usados, como é o caso do Aqueduto, para fazer ligações mitológicas ou de outras qualidades identitárias pertencentes à memória coletiva. O Aqueduto surge, não de uma necessidade de reconhecimento identitário, mas sim de uma necessidade fisiológica fundamental: a obtenção de água potável para a cidade de Lisboa. Hoje, desativado, o Aqueduto enquadra-se nessa rede não “deliberada” de monumentos. O Aqueduto é símbolo de grandes feitos de engenharia e arquitetura em Lisboa e no Mundo. Obra construída durante mais de um século, com o esforço da população e com o brilhante engenho dos engenheiros obreiros da época, ergue-se uma estrutura que resistiria, na sua maioria, ao mais catastrófico dos eventos naturais vistos até então na região de Lisboa – o terramoto de 1755. A partir de 1910, o Aqueduto das Águas Livres é classificado como Monumento Nacional. A classificação de 1910 no entanto só compreendia a Mãe de Água. Mais tarde em 2002 a classificação é alargada a toda a estrutura do Aqueduto das Águas Livres. Hoje quando se insere o nome do Aqueduto, ou até o nome da cidade de Lisboa, num servidor de busca como o Google, há uma imagem que nos aparece repetidamente, com raras exceções, o troço do vale de Alcântara, ou seja, apenas centenas de metros de um sistema que se estende por 58 quilómetros - uma estrutura de pedra de grande dimensão com enormes arcos de volta perfeita e quebrada, que seguram no topo uma galeria, rematada com claraboias. Existem, como é óbvio, outras estruturas que nos permitem identificar o Aqueduto, mas cingimo-nos a centenas de metros para o identificar. Estranhamente a atenção ou a força que esta estrutura adquiriu na nossa mitologia não recebe a mesma atenção localmente, levando ao desinteresse e não adaptação da estrutura, dentro e fora da cidade de Lisboa.

Num documentário chamado a “Nostalgia de la luz” (Guzmán, 2010), um astrónomo que procura no cosmos encontrar a origem da vida, diz-nos:

“Toda a experiência que temos na vida... ocorre no passado. O presente não existe.”

Por exemplo, quando observamos determinado objeto, a luz que conduz a imagem a que temos acesso, demora alguns milésimos de segundo a chegar até nós. Isto acontece para todos os outros sentidos. Entre nós e o mundo existe sempre uma diferença a ser percorrida. O que começa por ser, já não o é. O que é, já o deixou de ser. O que foi, nunca mais o será. Assim é a paisagem.

Hoje, quando olhamos para o Aqueduto, não parece apenas que passaram milésimos de segundos mas sim centenas de anos entre a incisão da luz no objeto e a captação pela nossa retina. A estrutura parou no tempo, diacronizou-se (sincronia/diacronia) por completo em relação às necessidades das populações que confrontam aquele objeto diariamente. A estrutura encontra-se a apodrecer lentamente. Com o enfraquecimento do Aqueduto, este revela infiltrações e possíveis desabamentos que podem ser catastróficos para quem frequentar o local. Foi curioso observar o manifesto feito por uma moradora do bairro que ao mencionar o estado do Aqueduto demonstrou maior preocupação na relação Aqueduto Vs. Turistas do que a relação que a mesma tem com o Aqueduto. Aparentemente existe um corte de relações entre moradora e a estrutura. Em relação à cidade de Lisboa, o Aqueduto sincronizou-se (diaconia/sincronia) dentro do conceito de património histórico; mas como veremos adiante esse mesmo conceito criou inúmeros problemas na gestão destes monumentos, que carecem de ser resolvidos.

As cidades estão expostas a mudanças tecnológicas e económicas constantes que resultam na transformação permanente da paisagem. Estas transformações implicam sempre processos complexos de *play/ritual*. A carência de mediação sobre transformações pode resultar em atos diretos ou indiretos de violência contra a população dependendo das ritualizações que gerem a compreensão dos do que convivem com os processos a que a paisagem se encontra condicionada. Dentro deste processo de destruição/construção, normalmente, recorre-se a dois métodos,



Figura 3: Construção da Avenida de Ceuta – Destruição do Aqueduto das Águas Livres

aparentemente destintos: a “*tabula rasa*” (obliteração) e/ou a “museificação” da paisagem (Diedrich,2013).

Estruturas que antigamente eram órgãos vitais à implementação e bom desenvolvimento da cidade, hoje encontram-se museificadas ou destruídas. O Aqueduto das Águas Livres é um exemplo de uma dessas estruturas. Ainda hoje encontramos grande parte do aqueduto intacto. Alguns troços da estrutura foram completamente obliterados, quando esta se cruzou ao longo dos anos com outras lógicas construtivas e tecnológicas da cidade. A Avenida Infante Santo quando construída, entre 1936 e 1949, levou à destruição de parte do Aqueduto das Águas Livres que abastecia o Palácio das Necessidades (Figuras 3 e 4). No caso da construção da Avenida de Ceuta, entre 1932 e 1949, optou-se por manter a estrutura do Aqueduto. Provavelmente porque o sistema pré-existente do aqueduto facilitava, com os seus enormes arcos, a integração do mesmo nos projetos pretendidos. Como já tinha sido referido, nem toda a extensão do Aqueduto chegara a ser classificada como Monumento Nacional, e quando confrontamos esse facto com as soluções dadas a cada projeto em que se aplicou o cruzamento de uma estrutura viária com esta estrutura, as alternativas aplicadas são muito dissonantes entre si, ou seja, a natureza do *conflito* interessa ,relativamente, à ritualização resultante. A construção da CRIL previa de raiz a destruição de novo troço do Aqueduto das Águas Livres, correspondente ao ‘Nó da Buraca’. A alteração da classificação do Aqueduto feita em 2002, fazia efeito, levando à modificação do projeto inicial e consequentemente, a um atraso na construção da CRIL. Acabar-se-ia por se construir um túnel que passaria por debaixo da estrutura, salvaguardando, não só o aqueduto, mas também os habitantes locais que inicialmente exigiam que a CRIL passasse longe das suas casas.

Este sistema de classificação de estruturas que optamos por manter, parece dar-nos alguma margem de manobra para pensar sobre elas e sobre a possibilidade das mesmas contribuírem para o funcionamento regulado das cidades. Mas, como

vimos ao longo desta dissertação, todas as estruturas desaparecem dentro da inevitabilidade do contínuo processo em que estamos inseridos, a paisagem. Aceitar esse processo, parece-me a atitude mais razoável. Mas essa aceitação passa pela integração dessas estruturas nos quotidianos das populações e não pelo afastamento e procura da não interação das mesmas. Assim sendo, a falta de tensões (*conflitos*) também deteriora essas estruturas e leva a um desaparecimento mais violento, visto que a não mediação da incorporação - habitantes locais e Aqueduto das Águas Livres - conduz à falta de compreensão dos processos aos quais o Aqueduto é submetido. Ainda segundo Riegl (1903):

“... everything that once was can never be again, and that everything that once forms an irreplaceable and inextricable link in a chain of development. Or, in other words: everything that succeeds was conditioned by what came before and would not have occurred in the manner in which it did if not for those precedents.” (Riegl, 1996, p. 70)

Trata-se então, de manter um registo que nos permita a ligação constante e o mais aproximada às raízes das nossas vivências. A obliteração desses registos torna o habitar hostil, dificultando as novas ritualizações exigidas pela nossa condição.

Os conceitos *de tabula rasa* ou museificação, anteriormente referidos, parecem chegar a uma nova perspetiva, quando planeamos a paisagem como um processo contínuo:

Seguindo esta lógica, as questões em causa, relativas à posição humana na construção da paisagem são: tratarmos a paisagem como uma *tabula rasa*, expondo-nos a uma ritualização constante, que conduz à amnésia de ritualizações anteriores?; conservar ou museificar a paisagem sem que a mesma possa ser incorporada pelas populações locais, conduzindo-a à diacronização ou processo natural da passagem do tempo?; ou mediar as abordagens preservando determinados aspetos da paisagem não impossibilitando a ritualização da mesma, procurando sempre novos *conflitos* capazes de agregar passados distantes de passados recentes? Ou seja, queremos uma paisagem à qual não pertencemos, à qual pertenceram ou à qual pertencemos?

4. Sinais, Marcas e Símbolos – a mnemónica do lugar: o caneiro de Alcântara

Os rios transportam consigo memórias de ocupação que têm a capacidade de ser transformadas, incorporadas ou arquivadas de formas diversas. Hoje o caneiro de Alcântara dá forma ao lugar que outrora fora uma ribeira mas o seu propósito continua a ser o de coletar as águas que são conduzidas pelas encostas que fazem parte do sistema de captação das águas daquela bacia. As cheias que vemos em Alcântara são provavelmente consequência da impermeabilização dos solos, relacionada com o crescimento da cidade de Lisboa. Esta nova memória trouxe ao vale um novo evento que não encontra memória, mas gera-a através dos *conflitos* implícitos.

Desde a ocupação romana que a ribeira de Alcântara era um limite a ser transposto para se conseguir chegar à cidade de Lisboa. A ligação das margens da ribeira foi, primeiramente, construída pelos romanos, sendo erguida uma ponte em pedra para se transpor um obstáculo que mais tarde seria de grande importância na defesa da mesma cidade – o vale. Na ocupação árabe o lugar de atravessamento ganha o nome da estrutura que servia o mesmo fim, Alcântara que advém do nome “Al-kantara” que significa “a ponte”, em árabe. (Figura 4)

O processo semiótico de nomeação do lugar não teria acontecido dentro da mesma composição se a geologia e a persistência da atuação dos elementos como a água e os ventos não tivessem esculpido e encontrado a fraqueza ou as subtilidades dos materiais geológicos, formando o vale, que conduz a ribeira, que deu origem à ponte.



Figura 4: Ponte de Alcântara, 1837

Segundo João Nunes, sinais, são eventos que encontram a essência corpórea nas marcas que ficam gravadas na paisagem. O mesmo autor identifica três tipologias de sinais que mencionei no final do capítulo 1: telúricos, entrópicos e bióticos (Nunes, 2007). A sucessão e interpelação constante destes, transforma a paisagem, revelando marcas cuja decodificação se torna cada

vez mais complexa e por vezes impossível de ser feita. Visto que a permanência da atuação destes eventos conduz ao rasurar ou até mesmo ao desaparecimento de marcas que nos permitem alcançar novas ligações às transformações a que hoje assistimos. Sobre este processo binário de transformação da paisagem e a consequente *ritualização* da mesma através do habitar, somos conduzidos à construção de símbolos que adverte a nossa memória para algo que já vivemos, facilitando a decodificação de marcas ou sinais que ocorreram ou ocorrem na paisagem. No entanto, todas as estruturas dessa transformação sinalética, marcante e simbólica são, reinterpretadas, escondidas ou ainda conservadas, sendo a regra o desaparecimento das mesmas.

Desde o século XV que se sabe que existem canalizações na cidade de Lisboa. Canalizações que até então não tinham a capacidade de influenciar a transformação da ribeira de Alcântara no que conhecemos hoje. Essas transformações só se concretizaram devido à composição ideológica e física que teceu a cidade ao longo dos tempos, destruindo e reorganizando essa mesma paisagem, até obtermos a rede de esgotos que conhecemos hoje. Segundo Dr. Bernardino António Gomes as canalizações da altura “para pouco mais serviam do que ao esgoto das águas meteóricas: dos despejos das habitações eram vazados nas praias e nas montureiras, ou imediatamente nas ruas, para daí serem levados ao primeiro destes destinos” (Ribeiro, 1945, p. 41) A 22 de Janeiro de 1486, uma carta régia ordenava a construção de canos de primeira e de segunda ordem nas ruas principais da cidade. Em 1577, o serviço de limpeza das cidades é dividido por seis distritos e em 1611, passam a existir áreas reservadas ao lançamento de imundices, só podendo vazar na rua na “hora do sino” (Ribeiro, 1945, p. 42). Só sessenta anos depois, é alcançada a meta com o Governo do novo regime, proibindo o lançamento dos resíduos domésticos e a “obrigação de cada um varrer a sua testada, concorrendo todos a essa despesa e sem excetuar deste preceito a grandes ou a pequenos” (Ribeiro, 1945, p. 42). Mais tarde, depois do terramoto de 1755, e obedecendo ao plano de 12 de junho de 1758, para o alinhamento das ruas da cidade baixa começou a generalizar-se a ligação das canalizações habitacionais à canalização geral da cidade. Passado um século, saiu um edital que impulsionou “o estabelecimento dos sifões e das válvulas hidráulicas tanto nas habitações como nas sarjetas das ruas.” (Ribeiro, 1945, p. 42) Esta reforma surge com o surto de febre amarela que abala a cidade, em meados do século XIX, lembra o Dr. Bernardino António Gomes (1871). As obras trouxeram, assim, canalizações melhor distribuídas e com maior qualidade. Chegando a haver, em 1871, 32 canos principais que serviam os esgotos das habitações da cidade de

Lisboa. Um desses canos principais desaguava no caneiro de Alcântara. (Ribeiro O. , 1945)

Com a ligação da rede de esgotos à ribeira de Alcântara, inicia-se um processo de mediação de estruturas que até então não eram necessárias. Começa-se a pensar numa cobertura para a ribeira em meados do século XVIII, visto que a exposição dos esgotos a céu aberto trazia graves implicações para a saúde pública da capital. A regularização da ribeira com o caneiro, nascia no arco maior da ponte de Alcântara e seguia em linha reta até ao rio Tejo, como retrata o Dr. Bernardino António Gomes (1871), "atravessando a antiga caldeira do moinho, provocou, com a simultânea abertura da rua Direita do Livramento (rua do Prior do Crato), profunda modificação no aspeto do recinto." (Ribeiro, 1945, p. 43) Teve assim início uma nova ritualização derivada da necessidade de escoar os resíduos domésticos (*conflito*) da cidade, que transportava maus cheiros e outros afins consigo, conduzindo ao isolamento de uma estrutura que até então, tinha sido um dos elementos principais na transformação daquele lugar. A ribeira encanada, começava a perder a composição que outrora lhe concedera o nome. Da ponte para jusante, as margens desapareceram e davam lugar a um encruzilhar de estradas e avenidas, tendo sido o leito substituído - com a adição da claraboia - por uma linha férrea que se sobrepunha à mesma.

A ponte de Alcântara desaparece quando novas lógicas de mobilidade começam a surgir com a expansão da cidade e necessidade de um deslocamento mais veloz para transporte de mercadorias e passageiros. A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses obteve concessão para construir e explorar a linha férrea de Lisboa a Sintra, Torres Vedras, ramal da Merceana e sobre a ribeira de Alcântara, coberta numa extensão de 250 metros "a partir da ponte, e sobre ela e sobre os terrenos contíguos, assentaram-se as vias férreas e construiu-se a estação terminal da linha e as mais instalações do serviço do caminho de ferro, que foi aberto à exploração no dia 2 de Abril de 1887." (Ribeiro, 1945, p. 44) Passados cinco anos a mesma Companhia era obrigada por alvará a fazer a cobertura do caneiro de Alcântara, "desde a antiga ponte da rua Direita do Livramento para sul até ao Tejo." (Ribeiro, 1945, p. 44) Durante a construção do caneiro, surgia sobre a mesma, a ligação férrea à estação de Alcântara, que passou a chamar-se Alcântara-terra, com a estação da linha férrea do Cais do Sodré a Cascais com o nome de estação de Alcântara-mar, situada sobre o caneiro perto do cruzamento da atual rua do Cais de Alcântara com a Avenida da Índia.

Das memórias do engenheiro Vieira da Silva, "o caneiro tinha 207 metros de comprimento, 9,5 metros de largura e era ladeado por duas ruas de 4,7 metros de

largura. Na espessura dos muros do caneiro estavam talhadas, de cada lado, quatro escadas de embarque. Perto da sua extremidade de jusante, na altura da nossa Avenida 24 de Julho, tinha umas portas munidas com adufas, portas que se abriam durante a enchente das marés do Tejo e se fechavam quando a água começava a baixar; abriam-se depois as adufas para provocarem fortes correntes de varrer ou de limpeza.”

Desde tempos remotos, que a ribeira de Alcântara transporta consigo lixos e águas contaminadas pelos habitantes locais. A bacia hidrográfica sobre a qual a ribeira se desenvolve, é a mais importante bacia de drenagem e de saneamento da cidade, abrangendo uma área de 4689 hectares, servia, em 1940, cerca de 321 mil habitantes. A ribeira estende-se por dez quilómetros: da Falagueira ao Tejo, junto à encosta Oeste de Monsanto, cruzando uma série de pequenos aglomerados, entre os quais se encontra a Liberdade. O bairro da Liberdade entre os outros serviam-se da ribeira para depositar detritos de toda a espécie. Não tardou que fosse efetuado um estudo preliminar e de elaboração de um projeto para conter a ribeira, que agora se encontrava imunda, pois mais de metade da zona urbanizada da cidade, despejava todas as sordidezes sobre a mesma. Interessa também referir que o anteprojecto produzido em 1941, já entendia o problema da rede de esgotos, drenagem e tratamento, indissociáveis dos problemas no meio recetor, estando incluídas no projeto estações de tratamento de águas residuais experimentais. Em 1944, inicia-se o processo de ocultação e resolução de todos os problemas que advinham da utilização

da ribeira, incluindo a própria ribeira. (Figura 5)



Figura 5: Linha férrea e segunda fase de construção do caneiro de Alcântara, meados do século XX.

Com o aumento da população da cidade de Lisboa e o resultante crescimento da urbanização, incrementou também a quantidade de resíduos domésticos e industriais, libertados para a ribeira que os conduzia para o rio Tejo. Deteriorando a qualidade das águas do rio e reduzindo a biodiversidade que o mesmo transporta consigo. Danificando a paisagem, com cheiros nauseabundos e águas que não apeteciam ao mais corajoso dos banhistas. Em 2011 é finalizada a construção da ETAR de Alcântara, cuja funcionalidade - o tratamento das águas residuais, domésticas e industriais - melhora, consequentemente, a qualidade das águas libertadas para o rio Tejo. A ETAR, tendo vindo solucionar um problema que se arrastou, ao longo dos anos, não é ainda capaz de tratar de todas as águas residuais

que escoam pelo vale. A ETAR de Alcântara não tem capacidade volumétrica o suficiente, para tratar as águas em alturas de cheias. Sendo as águas em excesso carregadas de resíduos poluentes, descarregadas no Tejo. Hoje a ETAR auxilia cerca de 756 mil habitantes, pertencentes às câmaras da Amadora, Oeiras e Lisboa.

É importante reter que ao longo deste texto se vão adicionando estruturas e problemas cuja solução tem sido na maior parte das vezes a ocultação ou o desvio de informação de processos essenciais ao bom funcionamento da cidade. Resíduos que eram despejados nas ruas e que na sequência de soluções acabaram sendo desviadas por meios que ocultam quase por completo a existência de um processo que não tendeu a reduzir, mas sim a aumentar consideravelmente, com o crescimento da população. A própria ribeira pela condução dos esgotos, que lhe foi encarregue, tornou-se outro processo a ocultar da população local e extra local. E ainda a ETAR que com as soluções, que a mesma trazia, acaba por ser parcialmente camuflada como parte integrante de um sistema de vale. É também fácil de compreender a razão pela qual estes eventos ocorrem sobre meios sombrios e ocultos, pois os cheiros e o confronto direto com resíduos domésticos e industriais com a população, trouxeram e continuam a trazer graves problemas para a saúde pública e para qualidade de vida dos habitantes locais. Ao mesmo tempo é essencial manter as populações relacionadas, com os eventos e lugares que constroem a cidade.

Segundo um técnico do departamento de saneamento da Câmara Municipal de Lisboa e segundo fontes jornalísticas, só foi possível haver um investimento no caneiro de Alcântara quando em 2003 a estrutura começou a ceder em diversos troços, abrindo crateras que chegaram a engolir um autocarro. Há vários anos que diferentes autoridades alertavam para as debilidades da estrutura, o caneiro, que para além de ter mais de sessenta anos já tinha sofrido vários desgastes, com a adição de novas canalizações e construção de infraestruturas que o sobrecarregaram. Em 2005 eram então iniciadas as obras de recuperação de um sistema que se encontrava em muito pior estado do que se julgava.

O exemplo dado acima, é demasiado complexo para ser tomado por uma análise meramente espacial, mas contudo, diz também muito sobre a relação que o ser humano tem com a paisagem. Apenas quando a estrutura mostrou sinais de debilidade e fraqueza, que envolveram outros sistemas de funcionamento citadino de contato direto com a população, foram tomadas medidas para a recuperação da mesma. Interessa aqui perceber como o sinal e o registo desse sinal, ou seja a marca

e o simbolismo para o qual aquela transporta o ser humano para uma relação de causa efeito com a paisagem, ou seja, *conflito* e consequente *ritualização*.

Como já tínhamos visto no capítulo anterior o meio sobre o qual a memória coletiva se desenvolve encontra-se na paisagem. Também é sobre a paisagem que se manifestam as transformações exercidas pelos sinais, marcas, e símbolos. Estando a ribeira de Alcântara soterrada, é então aceitável que as transformações provocadas pela erosão das águas e das construções que se aplicaram ao caneiro, não tenham repercussões imediatas sobre o meio social que nos envolve. O resultado esperado pelas autoridades responsáveis pelo caneiro, foi então possível, quando a estrutura desabou, expondo ao meio social as debilidades do caneiro de Alcântara, possibilitando o investimento pretendido há alguns anos.

É necessário questionar que formas de relacionamento se procura dentro da cidade. Se a inevitável transformação da ribeira numa conduta de águas residuais, terá de conduzir necessariamente à quebra de relações da mesma estrutura com os habitantes locais? Por inúmeras vezes a estrutura revela-se forçosamente devido à sobrecarga volumétrica do caneiro em períodos de cheias. É necessário integrar os bairros que se encontram dentro do sistema de drenagem do vale de Alcântara procurando *conflitos* constantes para que estruturas essenciais ao bem estar das vivências citadinas, como o caneiro de Alcântara, não caiam na amnésia da cidade.

5. Projeto – o Bairro da Liberdade e o Bairro da Serafina

Através dos capítulos anteriores, conseguimos apreender, que a paisagem resultante do vale de Alcântara, decorre de um processo não linear de transformação da paisagem. Esse processo originou a confluência de estruturas como o vale de Alcântara, o Aqueduto das Águas Livres, o caneiro de Alcântara, o sistema de esgotos, a ETAR e os Bairros da Liberdade e da Serafina, entre outras. Neste capítulo iremos perceber a aplicação do processo apresentado ao longo da tese.



Figura 6: Aqueduto das Águas Livres e lugar dos Bairros da Liberdade e Serafina em 1930 e 1938.

Na primeira metade do século XX, na encosta Oeste do vale de Alcântara, virado para a cidade de Lisboa, surgiam as primeiras ocupações que dariam origem ao Bairro da Liberdade (Figuras 6). A ocupação inicial surge quando os trabalhadores do Aqueduto das Águas Livres se apropriam das grutas existentes na Serra de Monsanto. O Bairro da Liberdade instala-se sobre a encosta no preciso local em que o Aqueduto das Águas Livres atravessa o vale de Alcântara. Ainda hoje é possível observar marcas nos blocos que erguem as colunas do aqueduto, deixadas pelas companhias de pedreiros que trabalharam sobre essa construção e pelos estaleiros de construção do aqueduto ou provavelmente, pelas primeiras casas do bairro. Supõem-se que a origem do bairro tenha sido determinada em complementaridade com o Aqueduto, visto que outrora seria possível atravessar o mesmo, encurtando a distância do bairro

à cidade de Lisboa (Figura 7).



Figura 7: Aqueduto das Águas Livres (o percurso), início do século XX.

Como já foi discutido por vários autores (Brito, 1977), o crescimento da cidade está intrinsecamente ligado a estruturas associadas à mobilidade. É possível observar o surgimento de novos bairros junto ao Bairro da Liberdade, ocupando toda a vertente da encosta Oeste de Monsanto, de encontro à estação de comboios de Campolide. O desenvolvimento do Bairro da Liberdade e a fixação do mesmo, está associado à industrialização do Vale de Alcântara e ao êxodo rural que se fazia sentir na crescente procura de habitação na cidade de Lisboa e arredores. O Bairro da Liberdade, como referido no capítulo 4, manteve desde o início da sua existência relações com o caneiro de Alcântara. As águas deste bairro eram drenadas para a ribeira, os esgotos e lixos do bairro despejados sobre o mesmo sistema.

Nos anos 30 surgia o Bairro da Serafina que viria a contrastar com o Bairro da Liberdade: na zona mais aplanada as casas unifamiliares do Estado Novo ocupadas pela classe média; na zona de encosta mais íngreme as casas degradadas ou de má construção e de organização complexa, respetivamente. O Bairro da Serafina ocupa a zona menos acentuada da encosta e albergava funcionários dos Correios e do INATEL, com ligações ao governo do Estado Novo. Havia no confronto dos dois Bairros não só divergências arquitetónicas e topográficas, mas também políticas e sociais.

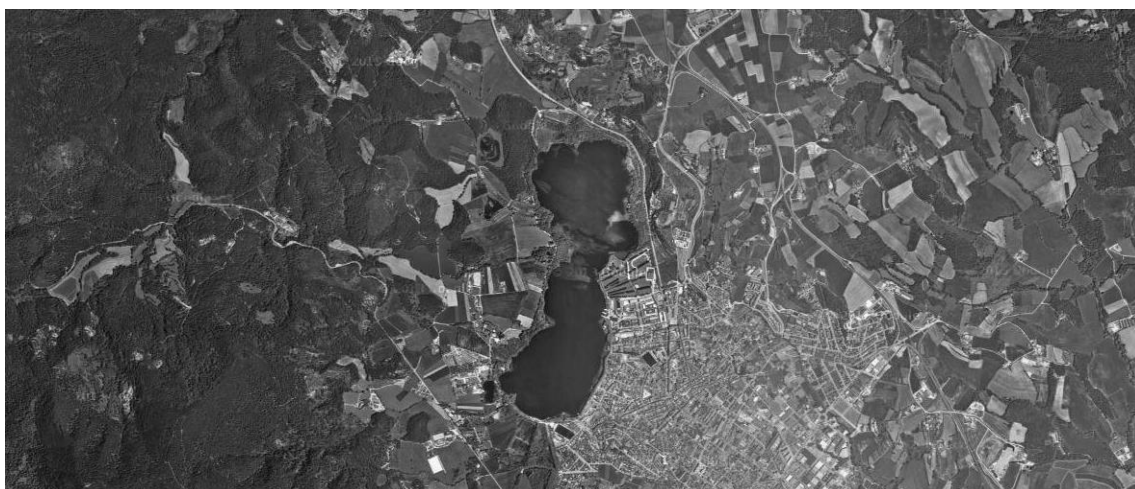


Figura 8: Fotografia aérea do lago e cidade de Banyoles.

O projeto proposto incide sobre a mediação das relações entre estruturas que se servem dos bairros e das quais os bairros se servem, procurando novos *conflitos* entre bairros e estruturas envolventes que permitam o despertar de novas ritualizações no sentido de aproximar (sincronizar) as populações locais ao meio que as envolve. O *conflito* será gerado pela revelação de um elemento que sempre passou pelos bairros mas nunca ali permaneceu - a água. Elemento tão necessário e sinérgico. A capacidade física e química que esta comporta, não só satisfaz a nossa sede, como transporta os nossos resíduos e nos refresca quando temos calor, para além disso encerra em si um valor cénico único no seu movimento ou estagnação.

Existem neste projeto três momentos. O primeiro é a revelação e transferência de parte da água no instante em que o Aqueduto se liberta de Monsanto, com o intuito de criar um ponto de relação entre Aqueduto e bairros . A claraboia que marca o início, ou o fim da emergência do Aqueduto, revela também a emergência do elemento que transporta, transferindo-o para um novo sistema de drenagem que acompanhará parte da encosta ocupada pelos Bairros. Este processo de revelação de um sistema que outrora se encontrava apenas condicionado à estrutura opaca do aqueduto, é agora revelado implicando um novo *conflito* que necessariamente trará novas *ritualizações* para os Bairros envolventes. O sistema de águas será apenas ativado em dias de maior calor e secura, caso contrário, o projeto alimentar-se-á apenas das águas pluviais que o sistema de drenagem do bairro conseguir captar e direcionar para a rua onde se encontra o Aqueduto das Águas Livres. Há semelhança com o projeto de repavimentação de Banyoles (Figura 8) – cidade espanhola – recorre-se a uma estrutura que conduz a água, em ambos os casos, águas que outrora se encontravam estigmatizadas pela contaminação com resíduos domésticos ou industriais,



Figura 9: Pormenor do projeto de repavimentação da cidade de Banyoles.

procurando a integração dos aglomerados urbanos percorridos. O sistema de irrigação de Banyoles, no entanto, continha outros propósitos. Enquanto o Aqueduto transportava a água com o intento de a fazer chegar à cidade, os canais de Banyoles (Figura 9) foram construídos com o propósito de controlar as cheias provocadas pela enchente do lago da cidade. Contudo esse sistema contribuiu para outras práticas não previstas. A população serviu-se do *conflito* gerado, com novas *ritualizações*, servindo-se do mesmo sistema para lavar roupa e servir as fábricas locais. Mais tarde os canais passariam a ser utilizados para o escoamento de águas residuais. Hoje o recente projeto tenta uma vez mais reintroduzir uma dinâmica de aproximação da estrutura aos habitantes da cidade, sem que a mesma tenha de ser destruída ou afastada dos planos de gestão da cidade. A mediação proposta no projeto, parte de uma estrutura, tendencialmente, diacronizada - através do processo *play* - com as necessidades locais, reconfigurando a mitologia que agrega a estrutura ao lugar, recorrendo a uma nova *ritualização*, traduzidas em novas apropriações à cidade.

O segundo momento, passa pela condução da água emergente ou pluvial, por uma caleira construída com a matéria geológica que forma a Serra de Monsanto, basalto - há semelhança do projeto de repavimentação da cidade de Banyoles - que conduzirá o elemento a uma sucessão de tanques – associados a uma posterior utilização do aqueduto, incorporações de gerações anteriores - mais ou menos profundos que comportam em si duas funções de enorme relevância. Uma é a capacidade mnemónica que a água tem de nos conduzir e ligar a um sistema aberto, mas bem definido de estruturas meteorológicas, sociais, sanitárias e culturais, que facilitam à população local a incorporação da paisagem que habitam. A segunda, é a transferência de um processo que passou sempre ao lado - neste caso por cima - dos habitantes locais, sem que estes pudessem comunicar com a água, construindo uma

estrutura que pressupõe a destruição lenta e controlada de um sistema desativado nas suas funções como é o caso do Aqueduto das Águas Livres. Assim, a inevitabilidade da sua ruína e posterior desaparecimento, encontra um lugar que descobre em si o compasso dos arcos e a certeza da condução das águas que este não pode continuar a transportar. Este processo de palimpsesto intencional e controlado encerra em si uma questão maior do que a obliteração do aqueduto através de um processo longo de decomposição química e física, ou de um processo rápido de destruição como uma guerra ou uma catástrofe natural. Encerra a necessidade de não sobrecarga do caneiro de Alcântara com águas pluviais em épocas de cheias, sendo a sequência de tanques capaz de suspender parte da água que entra no sistema de drenagem dos bairros. O Arquiteto Ribeiro Teles, refere-se incansavelmente ao facto da construção descontrolada levar à conseqüente impermeabilização dos solos, que levam ao aumento de cheias, que podiam ser evitadas se houvesse algum tipo de gestão da paisagem que oferecesse soluções para o problema. Sabendo que esta composição não será a solução única para a resolução das cheias no Vale de Alcântara, ou para não haver sobrecarga da ETAR, que deixa de poder tratar todas as águas residuais que por ela passam. Não deixa de ser uma ideia que pode ser aplicada noutros aglomerados urbanos, caso se verifique um *conflito* semelhante.

O terceiro momento, passa pela construção de um pequeno dique, que recolhe, à semelhança dos tanques que o antecedem, as águas que aqueles não forem capazes de armazenar em alturas de cheias. O dique será ativado ou desativado por autoridades municipais, visto que se trata de um processo que diz respeito não só ao bairro, mas a toda a população da cidade. Esta pequena comporta, é sucedida por um elemento fundamental no remate e mnemónica de um processo contínuo que nunca se encerra: um sumidouro circular com dois metros de diâmetro transporta a nossa memória e a água para o sistema, outrora visível da ribeira de Alcântara. Na sequência deste sumidouro, surge um tanque subterrâneo que permite armazenar água que depois pode ser utilizada na limpeza das ruas dos mesmos bairros, permitindo que a água seja incorporada sobre todas as necessidades existentes.

Conclusão

Agamben surge como inspiração para este trabalho, porque através da sua obra “Infancy and History: On the Destruction of Experience” nos apercebemos de um conjunto de premissas, determinantes no entendimento e atuação da, e na, paisagem. Dois tempos distintos e simultâneos: o tempo divino e eterno, que se encontra fora do alcance da nossa sensibilidade humana e o tempo que nos é dado pelo cronos, ou seja, pelas relações, espaciais e temporais, entre os objetos – por exemplo, a rotação da terra à volta do sol. É também o mesmo autor, que nos explica o processo de aproximação e afastamento entre estes dois tempos, através dos processos de *play* e *ritual*. *Play*, ação associada ao tempo divino, que se traduz como um processo sincrónico/diacrónico, remete-nos para a passagem do tempo que vai para lá da nossa sensibilidade, fora do nosso controlo. O *ritual*, ação associada ao cronos, que se traduz num processo diacrónico/sincrónico, remete-nos para a passagem do tempo que a nossa sensibilidade nos permite alcançar, possível de controlar. Assim sendo, algo que não se submete ao nosso controlo, neste caso, o processo *play*, é tendencialmente remetido para um processo de destruição. O contrário sucede com o processo *ritual*, estando o tempo desta ação ao alcance da nossa sensibilidade, temos a chance de o controlar, remetendo para um possível processo de conservação.

Na pesquisa destes conceitos desenvolvida no primeiro capítulo percebemos igualmente que a *ritualização* (ação que advém da ação *ritual*) resulta de um momento temporal específico a que chamamos de *conflito*. O *conflito* é a tensão ou relação entre diferentes objetos que determina um momento de transformação originada pelo processo de *ritualização*, como acontece em algumas circunstâncias de interação entre agentes bióticos e antrópicos da paisagem. O *ritual* surge como resposta aos *conflitos* implícitos na paisagem que nos envolve, como observámos, também o ser humano depende deste processo de causa efeito, para subsistir e se conservar na paisagem.

Ao longo deste trabalho, como vimos, as transformações na paisagem abarcam em si mais do que uma construção humana. Estas transformações são resultado da convergência de processos telúricos, entrópicos e bióticos nos quais nós, seres humanos, estamos incluídos, de uma forma indissociável. A paisagem do Vale de Alcântara é um resultado atual, bastante evidente, dessas transformações. Através da análise dos *conflitos* e *ritualizações* resultantes nesta paisagem, podemos verificar

os processos temporais, de que falamos e, a emergência da diferença espacial no vale. Percebemos então que as transformações na paisagem ocorrem dos *conflitos* implícitos na constituição da mesma e que estes adquirem diferente expressão e determinância em função da natureza e, sobretudo, do intervalo de tempo em que se exprimem. Neste vale, e enumerando: a necessidade de consumo de água, inerente à vida e à condição humana, bem como o crescimento da população e alteração dos seus hábitos, implica a construção de uma estrutura como a do Aqueduto que conduz as águas das nascentes instaladas na periferia da cidade para o centro da mesma, bem como múltiplas estruturas hidráulicas de reserva e adução de água; a necessidade de escoar os resíduos domésticos para fora da urbe, conduziu-nos à criação de um sistema de esgotos subterrâneo que por sua vez, nos poupa de vislumbrar cheiros e matérias nauseabundas; a condição destas matérias líquidas, a água e os resíduos domésticos com implícita partilha de um mesmo sistema de escoamento inscrito numa mesma bacia de drenagem, conduzindo à necessidade de estações de tratamento capazes de minimizar as implicações para a saúde pública que as mesmas acarretam. Ou seja, em torno de uma necessidade básica para a vida e saúde do homem - o conflito gerado pela ausência de água ou a potencial acumulação de águas sujas despoleta um processo de transformação, que se inicia com a projeção e sequencialmente a implementação, de um conjunto de estruturas que registam espacialmente e funcionalmente a sua existência, num determinado intervalo de tempo. Os mesmos registos, adquirem uma expressão diferente quando perdem a sua função e dinâmicas implícitas, tal como acontece em alguns fontanários e o próprio aqueduto hoje desativados.

Nos Bairros da Liberdade e da Serafina, as necessidades anteriores são idênticas, mas também existe outro *conflito*, mais contemporâneo, que carece de ser controlado - as inundações do Vale de Alcântara. É precisamente a partir deste *conflito*, gerado inicialmente pela canalização da ribeira e sequencialmente impermeabilização e falta de gestão de áreas a montante, na drenagem do Vale, que surge o intuito de criar um projeto que se propõe controlar uma pequena parte das águas que entram neste sistema de Vale, com impacto, espacial e vivencial, mais relevante a nível local.

A paisagem do Vale de Alcântara, encontra em si, uma enorme diversidade de sinais, marcas e símbolos, que encontram na sua génese um mesmo elemento – a água. A água como elemento catalisador e gerador desta paisagem, molda a litologia do vale, dá origem à ponte, abastece a população, drena a bacia, lava as ruas, inunda

o vale, e conduz os esgotos de uma grande parte da cidade de Lisboa. Não só este elemento se adaptou às circunstâncias disponíveis, como foi incorporada segundo descodificações sucessivas pelas gentes que dela tiraram partido, direta ou indiretamente. É sobre este processo de incorporação mútua (antrópica e natural) da paisagem, distante ou próxima, no tempo ou no espaço, que o projecto pretende agir na tentativa de responder ao *conflito* entre *play* e *ritual*, ou seja, entre conservação e destruição que surgem perpetuamente na transformação da paisagem.

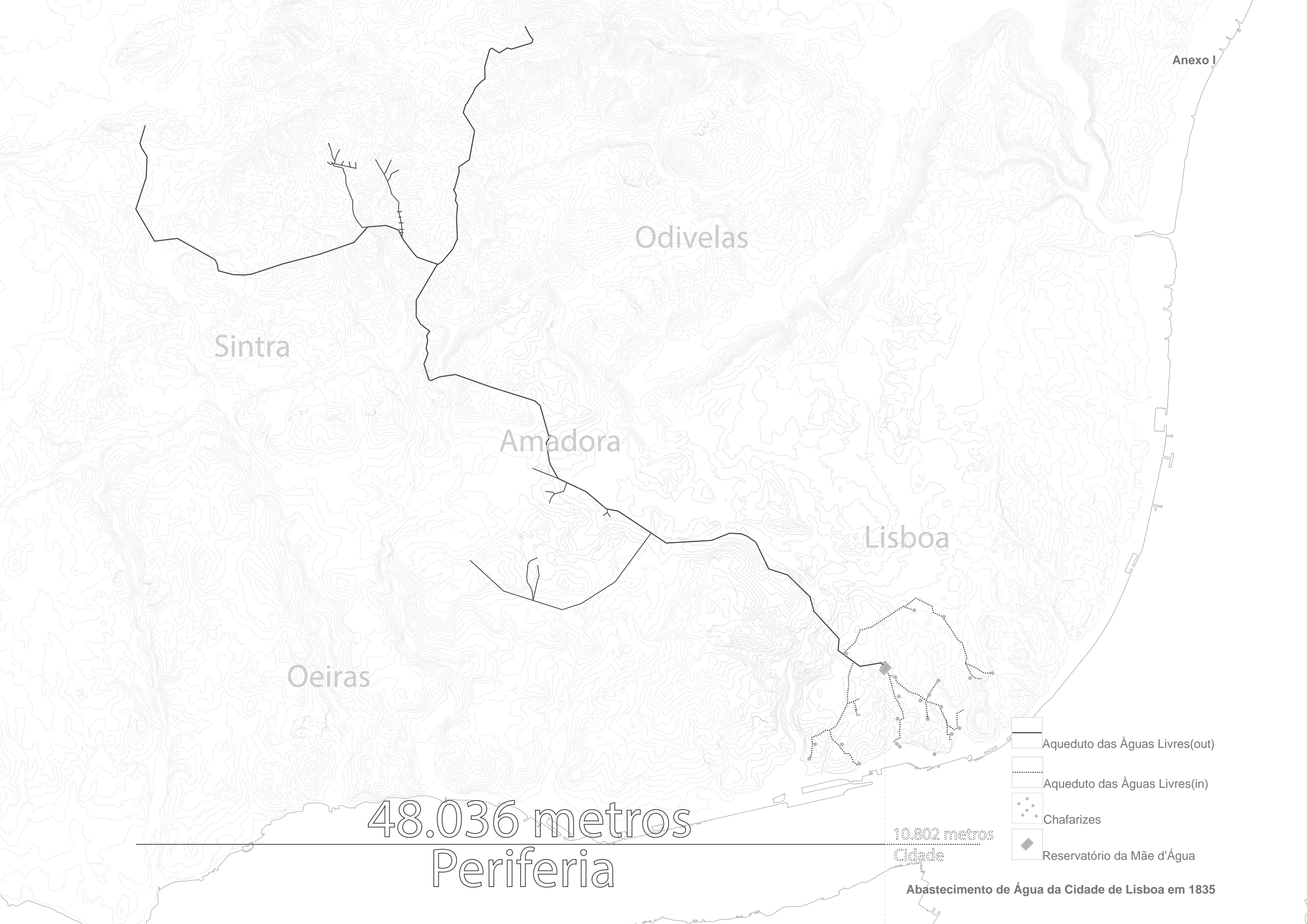
Também se verifica que este processo de incorporação, ocorre na paisagem de uma forma sistémica, no sentido em que se expande ou retrai, articula e hierarquiza num conjunto de territórios, de escala diversa e imbricados entre si. Um conflito local, num determinado momento da Paisagem, pode implicar uma transformação local, territorial e de repercussão temporal diferenciada. É esse o desafio particular dos projectos de paisagem, já que, muito mais que reconfiguração, espacial, local e momentânea, estes podem vir a despoletar um processo de reação antrópica e natural, de sequência em boa parte indeterminada, mas também em parte previsível, a partir de uma reinterpretação e uso das singularidades do sítio, bem como mediar a possibilidade de um novo estado de equilíbrio, entre os vários atores em determinada circunstância de Paisagem.

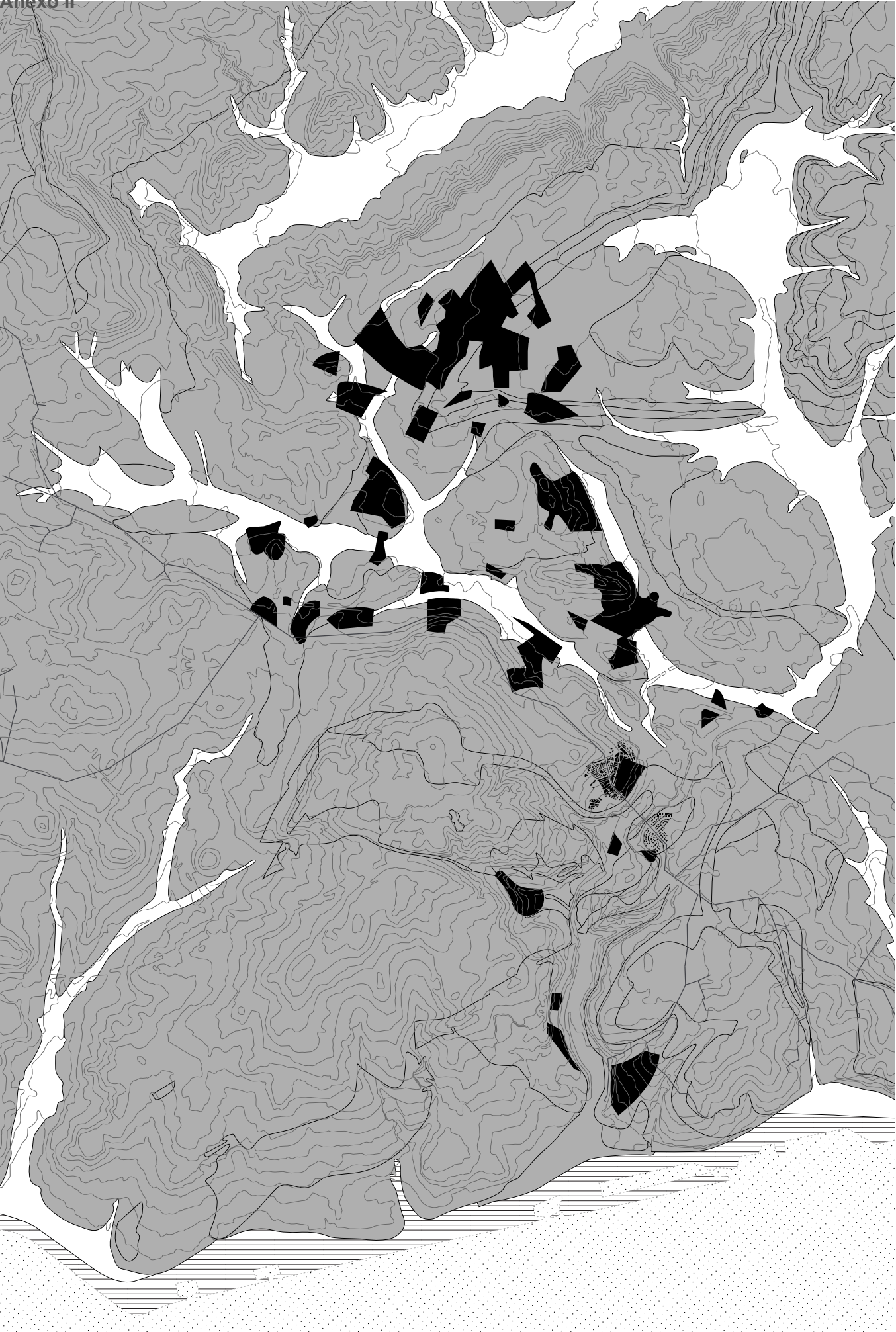
Bibliografia

- Agamben, G. (2007). *Infancy and History: On the Destruction of Experience*. Great Britain: Verso.
- Bayley, K. D. (1994). *Sociology and the New Systems Theory: Toward a Theoretical Synthesis*. New York: State University New York Press, Albany.
- Brito, R. S. (1977). *Lisboa, Esboço Geográfico*. Lisboa.
- Buck-Morss, S. (2011). Emily Jacir & Susan Buck-Morss. *100 Notes - 100 Thoughts*, 4, pp. 37-40.
- Choay, F. (2010). *Alegoria do Património*. Coimbra: Edições 70.
- Corboz, A. (2004). El Territorio como Palimpsesto. In A. M. Ramos, *Lo Urbano en 20 Autores Contemporáneos* (pp. 25-34). Universidad Politécnica de Catalunya.
- Corboz, A. (2012). In A. M. Ramos, *Lo Urbano en 20 Autores Contemporáneos*. Sociedad Y Ciencias Sociales.
- Corner, J. (1999). Eidetic Operations and New Landscapes. In J. Corner, *Recovering Landscape - Essays in Contemporary Landscape Architecture* (pp. 153-170). New York: Princeton Architectural Press.
- Deball, M. C. (2008). *These Ruins you see*. Berlin: SternbergPress.
- Diedrich, L. (2013). Entre a Tabula Rasa e a Museificação. In I. L. Cardoso, *Paisagem e Património* (pp. 83-107). Porto: Dafne Editora.
- França, J. A. (2008). *Lisboa - História Física e Moral*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Grosz, E. (2011). *Becoming Undone - Darwin Reflections on Life, Politics, and Art*. Duke University Press.
- Guzmán, P. (Director). (2010). *Nostalgia de la Luz* [Motion Picture].
- Halbwachs, M. (2004). *La Memoria Colectiva*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza.
- Halbwachs, M. (2004). *Los Marcos Sociales de la Memoria*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- Ingold, T. (2000). *The Perception of the Environment*. New York: Routledge.
- Landa, M. D. (2000). *A Thousand Years of Nonlinear History*. New York: Zone Books.
- Lévi-Strauss, C. (1966). *The Savage Mind*. Illinois: University of Chicago Press.
- Lyotard, J.-F. (1984). *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*. Manchester: Manchester University Press.

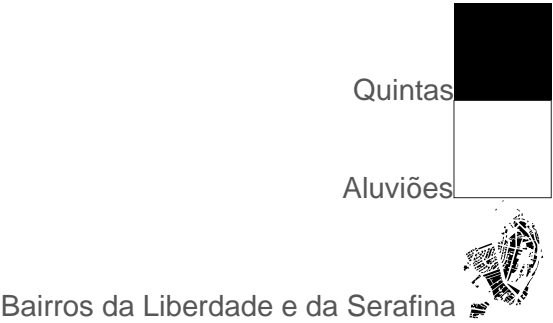
- Martins, J. (2009). *Bairro da Liberdade: Uma Abordagem sobre Habitação Degradada e Realojamento*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa.
- Mendes, T. M. (2013). O Aqueduto das Águas Livres. In P. T. Pinto, *Passagens N1* (pp. 74-95). Lisboa: Caleidoscópio.
- Moita, I. (1990). O Aqueduto das Águas Livres e Abastecimento de Água a Lisboa. In I. Moita, D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa (pp. 9-66). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa: Pelouro da Cultura - Museu da Cidade.
- Moita, I. (1994). *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Nunes, J. (2007). Senãles. In D. Colafranceschi, *Land&ScapeSeries: Landscape + 100 Palabras para Habitarlo* (pp. 170-171). Barcelona: Gustavo Gili, sl.
- Oliveira, A. e. (2004). *Esgotos de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação.
- Pons, B. (2012, December 23). *en.blog.costabravas.com/banyoles-lake/*. Retrieved January 5, 2014, from *en.blog.costabravas.com/*: <http://en.blog.costabravas.com/banyoles-lake/>
- Reason, D. (1987). *A hard singing of country*. In *The unpainted landscape*. London: Coracle Press.
- Ribeiro, C. (1867). *Memoria sobre o Abastecimento de Lisboa com Águas de Nascente e Águas de Rio*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Ribeiro, O. (1945 йил 4º trimestre). Grandes Problemas de Lisboa - Caneiro de Alcântara. *Revista Municipal*, pp. 41-46.
- Ribeiro, O. (1994). *Opúsculos Geográficos: V Volume - Temas Urbanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Riegl, A. (1903). *The Modern Cult of Monuments: Its Essence and Its Development*. Viena.
- Spellman, C. (2003). *Re-Envisioning Landscape/Architecture*. Barcelona: Actar.
- Treib, M. (2009). *Spatial Recall: Memory in Architecture and Landscape*. New York: Routledge.
- Turner, V. (1966). *The Ritual Process - Structure and Anti-Structure*. Ithaca, New York: Cornell Paperbacks.
- Turpin, E. G. (2013). Time Matters: On Temporality in the Anthropocene. In E. Turpin, *Architecture in the Anthropocene - Encounters Among Design, Deep Time, Science and Philosophy* (pp. 129-138). Michigan: Open Humanities Press.
- Virilio, P. (2009). *The Aesthetics of Disappearance*. New York: Semiotext(e).

Anexos





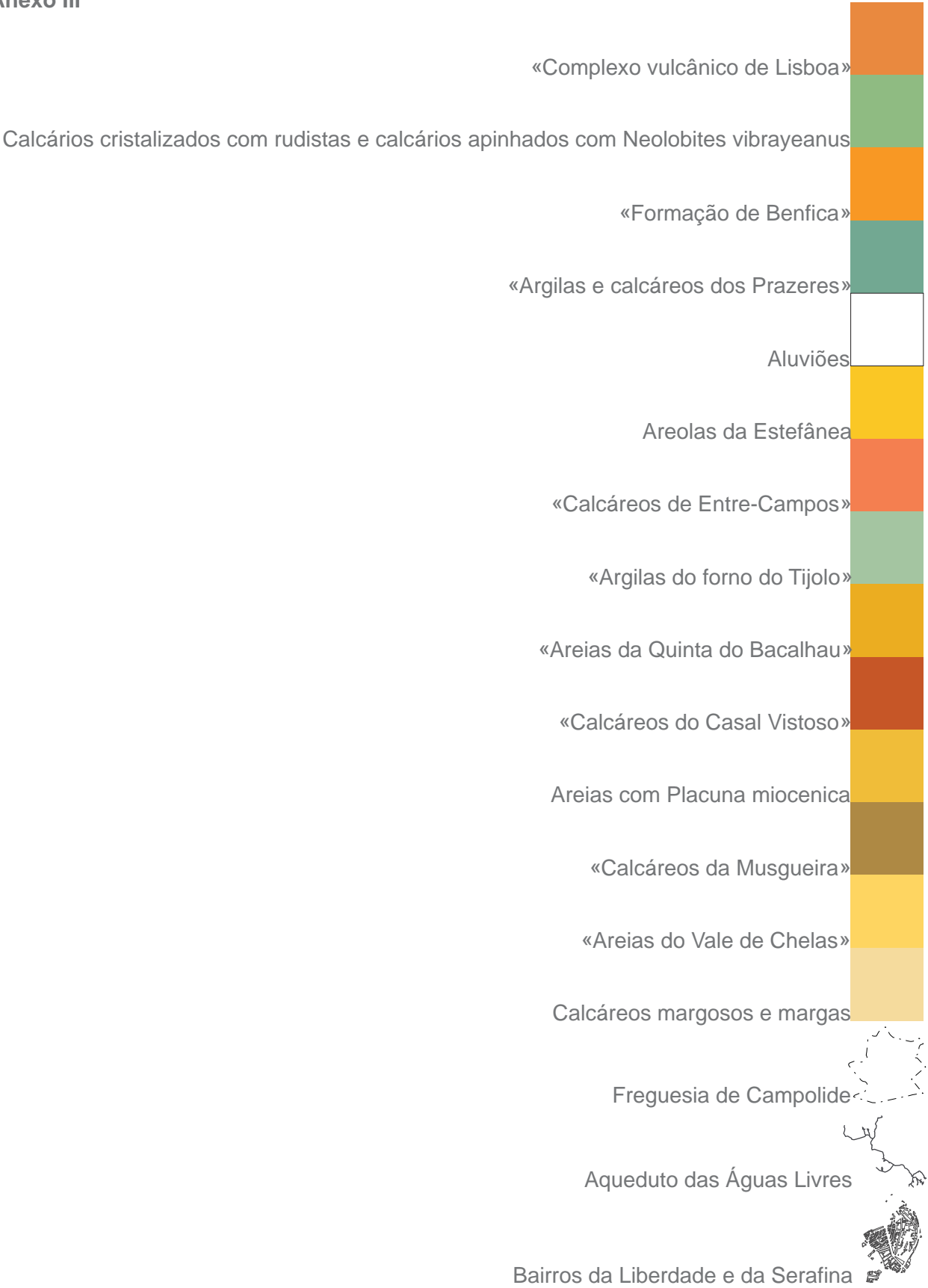
Anexo II



Carta Geológica com Aluviões em confronto com ocupação de Quintas do Vale de Alcântara.



Anexo III



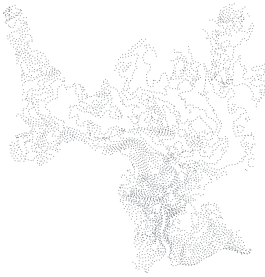
Carta Geológica em confronto com planta dos Bairros e do Aqueduto.



Anexo IV



Aqueduto das Águas Livres



Curvas de nível: Bacia B



Esgotos Canalizados / Ribeira



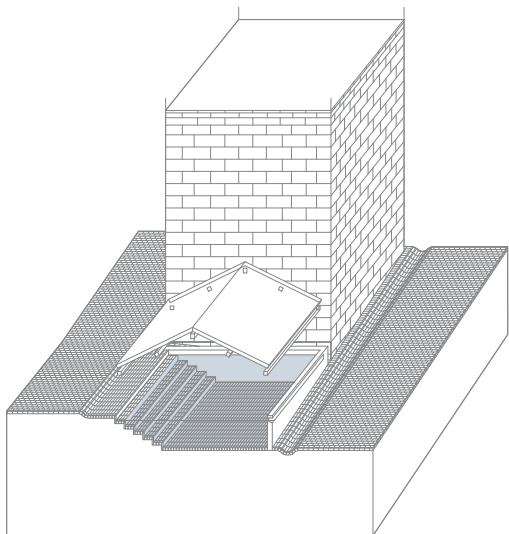
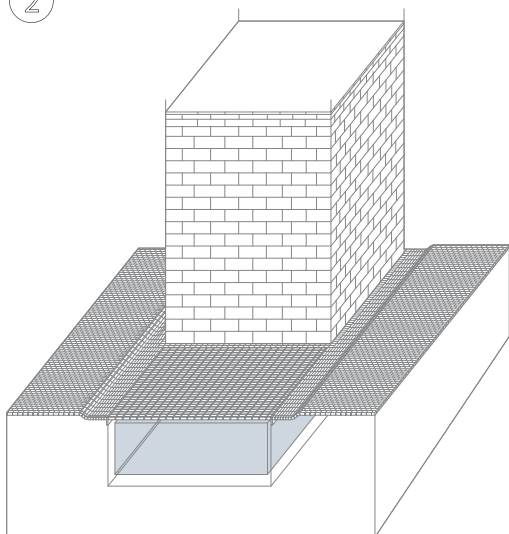
Bairros da Serafina e Liberdade



Norte

Carta de sistema de esgotos com caneiro e aqueduto.

2



Sinais de preexistências são incorporados em novas construções,
que encaixando-se nos sulcos das antigas traves, replicam a sua forma básica.

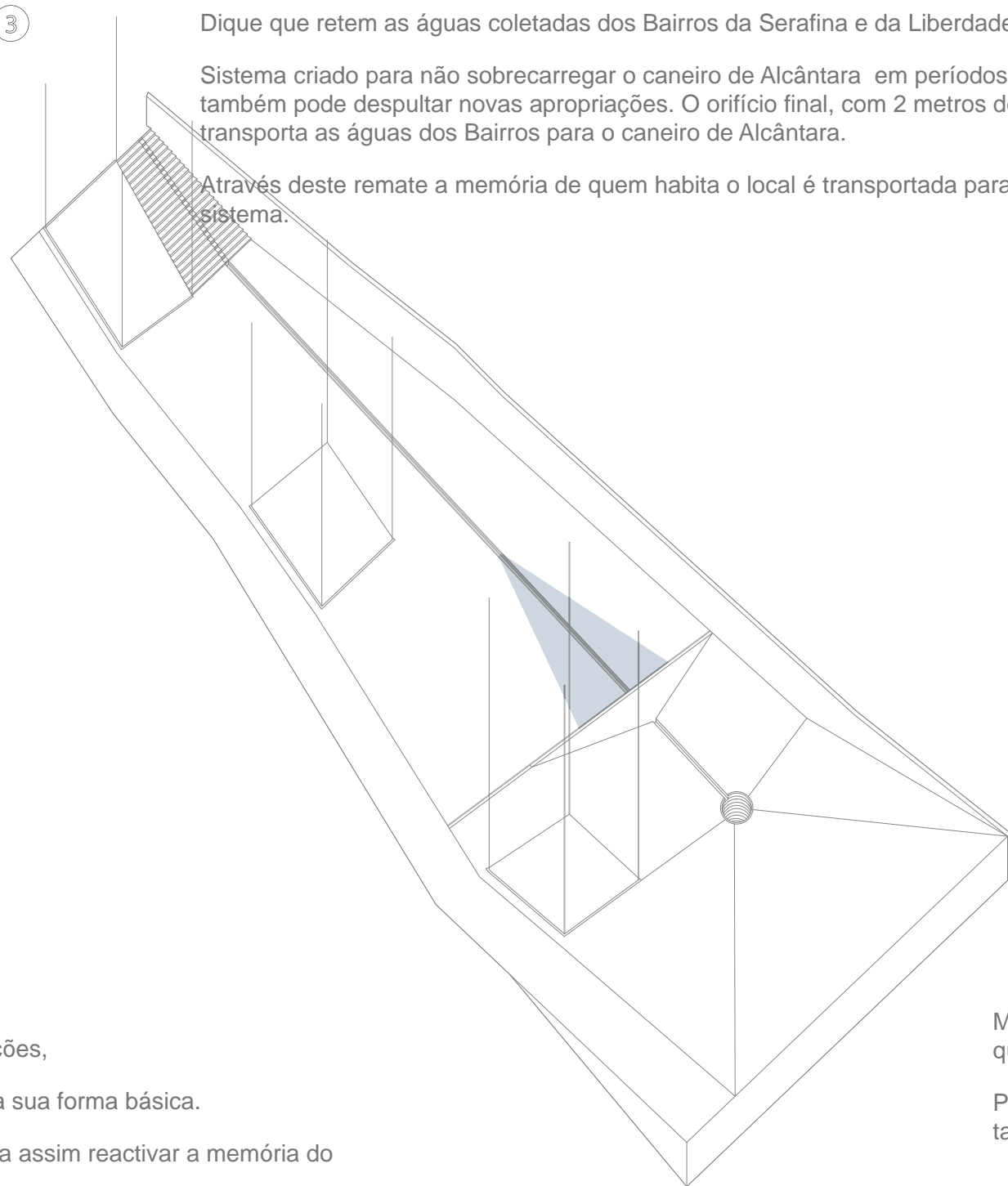
Providenciam-se pontos de acesso à água armazenada, para assim reactivar a memória do aqueduto.

3

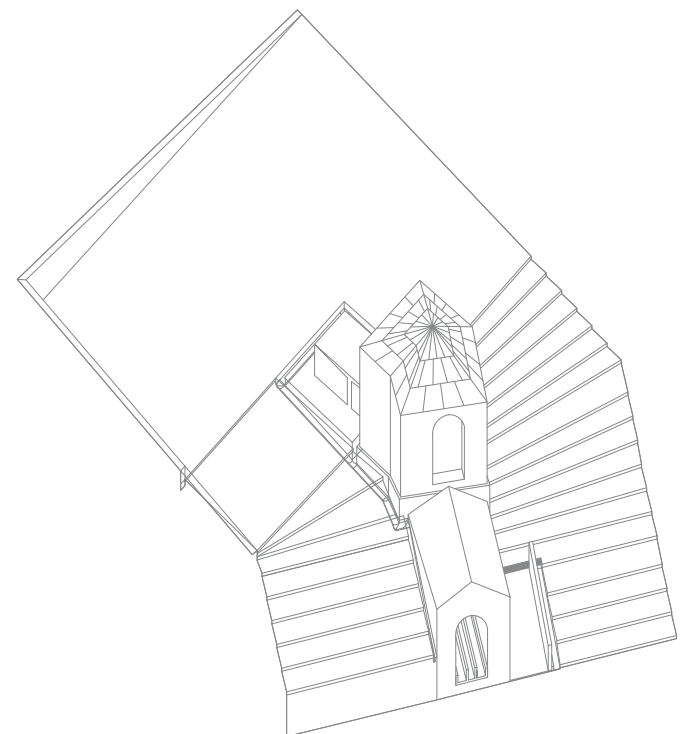
Dique que retém as águas coletadas dos Bairros da Serafina e da Liberdade.

Sistema criado para não sobrecarregar o caneiro de Alcântara em períodos de cheias, também pode despultar novas apropriações. O orifício final, com 2 metros de diâmetro, transporta as águas dos Bairros para o caneiro de Alcântara.

Através deste remate a memória de quem habita o local é transportada para o mesmo sistema.

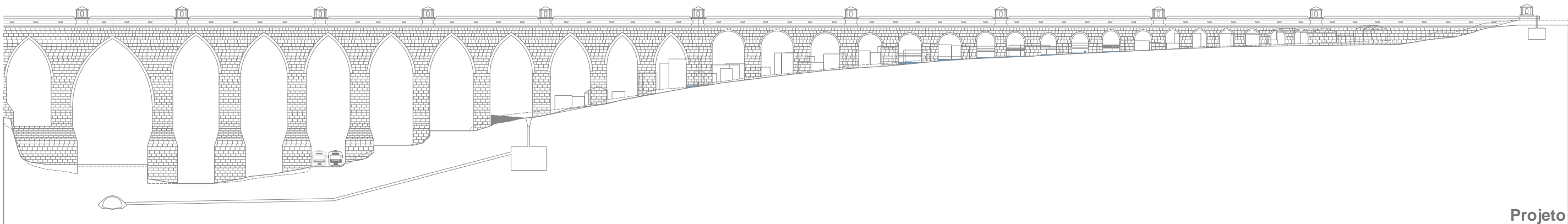


1



Materialização do ponto em que o aqueduto assume
qualidade arquitetônica, estendendo-se a rua sobre esta colina.

Primeira emergência da água do aqueduto sobre a forma de um
tanque, com permanente água laminar.



Monsanto

Bairro da Serafina

Bairro da Liberdade

Aqueduto

Avenida de Ceuta

Linha Férrea

Caneiro de Alcântara



Anexo V

Projeto

